

JULIANA HICKMANN EFFTING

**O SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: UM ESPAÇO EM
CONSTRUÇÃO**

**TOLEDO
2008**

JULIANA HICKMANN EFFTING

**O SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: UM ESPAÇO EM
CONSTRUÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.**

Orientadora: Profa. Índia Nara Smaha

**TOLEDO
2008**

JULIANA HICKMANN EFFTING

**O SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: UM ESPAÇO EM
CONSTRUÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.**

BANCA EXAMINADORA

Profª. Índia Nara Smaha
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª. Ms. Ineiva T. Kreutz Louzada
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª. Ms. Rosemari Taborda Weidauer
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 17 de novembro de 2008.

*Dedico este trabalho à minha
mãe, meu pai, minha mana,
ao meu maridão, Belinha e
Bartho.*

AGRADECIMENTOS

À todas as pessoas que acreditaram em mim;

À minha mãe Solange, pelas noites e madrugadas de trabalho para que meu sonho de cursar uma faculdade pública pudesse se concretizar;

A meu pai Luiz Carlos que de um jeito diferente me deu incentivo para continuar;

À minha querida irmã Patrícia, que mesmo eu não estando presente, nunca deixei de pensar, incentivar e acreditar;

À minha querida amiga, comadre e profissional Assistente Social Andréa Regina, que possibilitou que eu tivesse um estágio de qualidade e acima de tudo ético no campo de estágio;

À minha querida amiga Gra, pelos quatro anos de faculdade, e de amizade. Obrigada por tudo (Sinto muita saudade);

Aos queridos amigos, Ninha, Patrícia, Nyelen, Cido, Dani, Fran e Fer pela amizade;

Ao meu amigo, namorado e Maridão Rodeni que foi minha base para que esse ano eu pudesse conquistar mais essa vitória em minha vida, e por mostrar como a vida é mais gostosa com o casamento;

À Prefeitura de Mercedes, pela oportunidade de estágio extracurricular;

À Unioeste, pelo ensino público gratuito e de qualidade;

E à minha querida orientadora e guerreira professora Índia, uma mulher fantástica e inteligente, que apostou em minha capacidade para que este trabalho chegasse ao fim!!!!!! Serei eternamente grata.

“Um país se faz de homens e livros”.

(Monteiro Lobato)

EFFTING, J. H. **O SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES: UM ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* – Toledo, 2008.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema de pesquisa a importância do Serviço Social a partir da compreensão dos profissionais da Educação do município de Mercedes – Paraná. Pois, Tendo em vista que o município de Mercedes não tem profissional de Serviço Social na área de Educação abre-se o questionamento: os profissionais da Educação identificam a falta do Serviço Social nas instituições ou negam sua importância? Para responder a este problema elencou-se como objetivo geral compreender se o profissional da Educação valoriza ou nega a atuação do Serviço Social nesta área. Para desenvolver este trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa a partir da pesquisa exploratória. Para conhecer o universo que iria ser trabalhado foi necessário fazer primeiramente um levantamento bibliográfico para conhecer os materiais já produzidos sobre o tema. A partir deste movimento contextualizou-se a história da Educação do Brasil Colônia ao dias atuais, o surgimento do Serviço Social no Brasil, a importância do profissional Assistente Social dentro das instituições escolares, bem como, uma descrição do município de Mercedes e as legislações locais que amparam a execução da Política da Educação municipal. Para maiores informações, e realmente responder ao problema de pesquisa optou-se pela entrevista, como meio mais acessível de chegar ao sujeito e poder colher as informações pertinentes. O processo foi muito interessante tendo em vista a constatação de que o conhecimento a respeito das atribuições do profissional assistente social, pelos profissionais da Educação entrevistados é praticamente nenhum. O que levou as seguintes considerações: 1-a maioria dos profissionais da Educação não sente a falta do assistente social em seus locais de trabalhos porque desenvolvem as atribuições do serviço social e também porque não têm o conhecimento sobre as atribuições privativas que não devem ser exercidas por outros profissionais; 2- não conseguem identificar como demanda, algumas situações que poderiam ser trabalhadas nas instituições e acabam sendo encaminhadas para rede de atendimento.

Palavras chave: Educação no Brasil, Serviço Social, Município de Mercedes.

LISTA DE SIGLAS

ABPESS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GESSE	Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação
I PND	I Plano Nacional de Desenvolvimento
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MCP	Movimento de Cultura Popular
ONU	Organizações das Nações Unidas
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SENAC	Serviço nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
LISTA DE SIGLAS.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
1 HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO: DO BRASIL COLÔNIA AO GOVERNO LULA.....	12
1.1 A EDUCAÇÃO: DO RENASCIMENTO AO INÍCIO DO MODELO INDUSTRIAL.....	12
1.2 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO.....	17
1.3 GOLPE DE 1964 E A DITADURA MILITAR RETROCESSO PARA EDUCAÇÃO.....	23
1.5 A DEMOCRACIA NO BRASIL: GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO.....	27
2 O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	32
2.1 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: CONDIÇÃO EM PROCESSO DE CONQUISTA.....	38
3 MUNICÍPIO DE MERCEDES E O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.....	41
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO.....	41
3.2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES.....	43
3.3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	46
3.4 A AUSÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MERCEDES.....	48
3.4.1 Quais as demandas nas instituições?.....	48
3.4.2 Ações para responder as demandas institucionais.....	50
3.4.3 O quadro funcional contempla todas as demandas apresentadas?.....	51
3.4.4 Para onde são direcionados os encaminhamentos?.....	53
3.4.5 Conhecimento sobre as atribuições do Assistente Social.....	54
3.4.6 Há necessidade do Serviço Social na instituição?.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICES.....	62

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, parte das exigências legais para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, e desenvolveu-se a partir da experiência de Estágio Curricular Supervisionado no ano de 2006, na escola Especializada Pequeno Lar – APAE de Marechal Cândido Rondon. O interesse pela temática do Serviço Social em instituições escolares, tornou-se ainda mais instigante, devido o reconhecimento e valorização, do trabalho da Assistente Social na APAE.

A educação sempre esteve relacionada a um mecanismo de controle das massas, para atender a um sistema vigente. De acordo com Xavier; Ribeiro; Noronha (1994), mesmo após a fundação do império a educação não apresentou um compasso em suas ações. Suas decisões sempre estavam relacionadas ao que a elite tinha como prioridade. Mesmo com o processo de independência a educação não possuía um encontro entre teoria e prática na economia e na política.

A entrada do novo século (XXI) de acordo com os autores, não trouxe significativas mudanças no ensino no Brasil, pois a classe dominante continuava apenas buscar os seus interesses, enquanto a classe trabalhadora buscava a democratização em todas as formas de participação, inclusive na educação. Outro agravante para educação brasileira, foi a Ditadura Militar, com seu modelo autoritário e de repressão. “O golpe de 64 retirou do governo as frações da burguesia que, empunhando o populismo e o nacionalismo, cediam certos espaços para as classes populares no gerenciamento da sociedade política [...]” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1992, p.166). Dessa forma as classes populares foram retiradas de qualquer meio de manifestação, que buscava-se a igualdade nas ações do governo. Mas somente na década de 1980 que a Ditadura começou a dar sinais de enfraquecimento, onde a população clamava por uma nova constituição, que proporcionaria a inclusão e garanti-se os direitos que até então estavam silenciados.

É nesse contexto que também visualizamos a prática profissional do Serviço Social, que está no cenário da contradição antagônica entre capital e o trabalho, e de acordo com Yamamoto (2000), o Assistente Social teve sua implantação, para intervir através da caridade, para amenizar os problemas sociais, dentro da classe trabalhadora, para que a ordem não fosse colocada em risco. O profissional atuava a serviço do capital em ajustar o indivíduo a sociedade para que ele não viesse a desobedecer à ordem vigente.

Ainda de acordo com a autora, ao passar dos anos, a profissão foi ultrapassando sua dimensão caritativa, pra uma dimensão educativa da sua intervenção, a profissão obteve legitimação frente às políticas sociais. Dietrich (1997), afirma que após a institucionalização do Serviço Social, o profissional passou a atuar em vários campos institucionais que possibilitaram ao mesmo ser o mediador entre os trabalhadores e a instituição.

É dentro dessas configurações que o Serviço Social possui importante intervenção nas instituições escolares, pois vai abordar temas que ultrapassam a realidade cultural, política, econômica e social que muitas vezes não são identificadas no dia a dia da escola. O Serviço Social vai contribuir para identificação de vários fatores que estejam dificultando o contexto escolar, como: evasão escolar, acesso e permanência na escola, baixo rendimento, comportamentos e atitudes agressivos, ações essas, que sempre vão ser executadas em conjunto com os diversos profissionais que integram a equipe técnica da escola.

Dessa forma delimitou-se o tema de pesquisa: a importância do Serviço Social a partir da compreensão dos profissionais da Educação do município de Mercedes – Paraná. Tendo em vista que o município de Mercedes não tem um profissional de Serviço Social na área de Educação abre-se o questionamento: os profissionais da Educação identificam a falta do Serviço Social nas instituições ou negam sua importância?

Para responder ao problema de pesquisa tem-se como objetivo geral conhecer qual é o entendimento dos profissionais da educação com relação à importância do trabalho do Serviço Social nas instituições de ensino. Como objetivos específicos: identificar a necessidade do Serviço Social nas instituições de ensino; conhecer as demandas para educação em Mercedes; Identificar o entendimento dos profissionais da educação.

Para a realização do estudo, utilizou-se de abordagem qualitativa, e o tipo de pesquisa utilizado foi a pesquisa de campo de cunho exploratório. O universo da pesquisa compreende as instituições do município de Mercedes e a Secretaria Municipal de Educação, sendo a amostra composta por 4 profissionais que representam as instituições do município. Para o contato com os sujeitos optou-se pela técnica de entrevista. A mesma foi elaborada com questões abertas, a partir de um roteiro estruturado.

Este trabalho está composto por três capítulos:

O primeiro capítulo foi estruturado de modo a resgatar a história da educação no Brasil, da passagem dos Colégios Jesuítas e suas marcas que são identificadas até os dias atuais,

processo que perpassou a Proclamação da República, a passagem pela Ditadura Militar, e a aprovação da Constituição Cidadã e sua aplicação.

O segundo capítulo apresenta um breve resgate da história do Serviço Social no Brasil, algumas dimensões que a prática profissional foi assumindo no decorrer da sua história, e as principais características da profissão no contexto escolar que visa demonstrar sua efetiva participação no Projeto Político da escola.

No terceiro capítulo, vem contextualizar o município de Mercedes-PR as legislações municipais que perpassam pela educação e as demandas postas. Neste capítulo é feita a apresentação dos dados da pesquisa com os sujeitos.

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: DO BRASIL COLÔNIA AO GOVERNO LULA

Ao conhecer o processo histórico da Educação, observa-se o quanto ela foi e é utilizada como um dos mecanismos de controle social das classes dominantes, para atender aos seus interesses e ao sistema vigente. A partir da chegada dos Colégios Jesuítas no Brasil, a hegemonia católica possuiu, cada vez mais, um papel definido na educação do país, onde grande parte da população era constituída de escravos negros e índios. Mesmo após a Proclamação da República, a educação brasileira não teve centralidade nas decisões políticas de seus governantes, fato esse observado nas Constituições aprovadas no período de 1891 a 1946.

A Ditadura Militar passou pelo país e deixou seu legado para a sociedade brasileira, ou seja, marcas de um período autoritário e de repressão, sem participação social nas decisões do governo. Somente quase vinte anos depois, com a aprovação da Constituição Cidadã de 1988, a educação brasileira passou a estar mais articulada, entre a formulação das leis e a sua verdadeira aplicação.

A educação faz parte da história desde o princípio dos tempos, mas para responder ao problema de pesquisa faz-se necessário um breve resgate a partir do Renascimento.

1.1 A EDUCAÇÃO: DO RENASCIMENTO AO INÍCIO DO MODELO INDUSTRIAL

O Renascimento¹ europeu ocorreu no período do século XV à XVI, que segundo Aranha (1996), foi o momento em que o homem desviou-se do céu para terra, ocupando-se mais com as questões do cotidiano. É a partir desse contexto que, “[...] educar torna-se questão de moda e uma exigência, segundo a nova concepção de homem” (ARANHA, 1996, p.90). Essa concepção vem em contraposição ao teocentrismo² e valores medievais do século anterior (século XIV). Com o monopólio da Igreja Católica no trato com os “escritos sagrados”, muitas tentativas foram feitas no sentido de abrir as informações para a população, mas foi no século XVI que isto começou ocorrer, a partir do início da Reforma Protestante que demonstrava a insatisfação com

¹ “Renascimento (ou Renascença) foi um período na história do mundo ocidental com um movimento cultural marcante na Europa, considerado como um marco do final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Começou no século XIV na Itália e difundiu-se pela Europa no decorrer dos séculos XV e XVI” (RENASCIMENTO, 2008).

² Teocentrismo “[...] é a concepção segundo a qual Deus é o centro do universo, tudo foi criado por ele, por ele é dirigido e não há outra razão além do desejo divino sobre a vontade humana [...]” (TEOCENTRISMO, 2008).

as atitudes da Igreja Católica. A Reforma incorporou a educação como um importante mecanismo de divulgação, pois proporcionava condições a todos os homens de conhecer a Bíblia através de sua leitura e interpretação. Em contra partida aos protestantes, a Igreja Católica fundou os Colégios Jesuítas, com grande influência na formação do homem europeu como do brasileiro. Esse exército de “soldados de Cristo” tinha a incumbência de fazer recuar a invasão protestante, que estava colocando em risco a hegemonia do catolicismo.

No Brasil, conforme Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), este processo teve início com a chegada, em 1549, do governador Tomé de Souza. Com ele vieram vários Jesuítas apoiados por Manuel de Nóbrega, um sacerdote jesuíta português, que coordenou a primeira missão jesuíta na América. Os mesmos vieram com um papel definido: tinham a função de catequizar os nativos, e as demais pessoas que no Brasil já estavam desde o descobrimento.

Citam os autores que os Jesuítas tinham a incumbência de continuar a formação de sacerdotes, para que a sua missão não fosse colocada em risco pela falta dos mesmos. Era necessário atingir pela fé não somente os nativos, mas também os donos da terra, para que a prática religiosa fosse uma atitude adotada por todos. Neste processo, os indígenas não aprenderam somente uma nova língua ou religião, mas sofreram uma alteração em seu cotidiano, a forma de ver a sua existência e os valores que até então eram sagrados. Para controlá-los, os Jesuítas implantaram formas de aldeamento, para catequizar e ensinar práticas de produção para sobrevivência do índio, como reorganizar o modo de ver o tempo, o espaço e o trabalho do nativo. As famílias realizavam qualquer atividade de prazer ou lazer em suas ocas, sem privacidade. Os Jesuítas chegaram e impuseram regras, que estipulavam horário para dormir, para as refeições, bem como para os momentos de prazer, do trabalho e para fé. As regras tornaram o trabalho na aldeia mais eficaz, na visão dos Jesuítas. As atividades eram desenvolvidas, mas sempre acompanhadas do trabalho intelectual (o ensino da nova língua) e do religioso (a catequese), para que a vida em comunidade não fosse desestruturada, fazendo com que os índios se tornassem filhos de Deus.

Relatam ainda os autores, como a intenção era de multiplicar os Jesuítas, os Seminários foram implantados, desde o início da colonização, para a formação de novos sacerdotes incluindo os nativos. Apesar deste nem sempre possuírem vocação para o sacerdócio, os seminários foram ampliando suas formações como instituições de ensino, atendendo jovens que não seguiam a carreira religiosa, mas sim, que queriam continuar seus estudos na Europa. A

economia estava crescendo, assim como a população colonial, a mesma necessitava de instrução, dessa forma os seminários passaram a receber alunos leigos em geral, o que fez com que essa forma educacional fosse a ação mais marcante da Companhia de Jesus no Brasil. Era necessário cativar o povo, pois as idéias reformistas estavam por todos os lados.

As primeiras escolas, segundo Aranha (1996), possuíam a tendência de separar os catequizados dos instruídos, para dessa forma tornar pacíficos e cristãos os índios e estender para além a escola de ler e escrever.

No campo da educação propriamente dita, desde o século XVI os jesuítas montam a estrutura dos três cursos: a) letras humanas; b) filosofia e ciência (ou artes); c) teologia e ciências sagradas; destinados respectivamente à formação do humanista, do filósofo e do teólogo (ARANHA, 1996, p.101).

Afirma ainda a autora que, após o término do curso de artes, o jovem encontra dois caminhos: seguir carreira religiosa, ou se preparar para carreiras como direito, filosofia, medicina, em faculdades européias. Com esse sistema os jesuítas mantiveram o monopólio do ensino no Brasil, e também possuíam apoio da Coroa, que auxiliava com satisfatórias quantias de terras, pois para o governo Português a educação era importante mecanismo de controle e domínio político, não intervindo dessa forma nas ações dos Jesuítas.

Neste contexto, os portugueses haviam feito aliança com a Igreja Católica, para rebater a Reforma Protestante, ao contrário das nações avançadas que aderiram à Reforma em função da demora da Igreja Católica em incorporar a nova ordem social, o Capitalismo, que estava tendo cada vez mais força. Atrelado a isso estava o medo da Coroa Portuguesa em perder seu espaço conquistado. Para tanto, deu total liberdade à “[...] Companhia de Jesus para o monopólio do ensino na Metrópole e nas Colônias” (XAVIER; RIBEIRO; NORANHA, 1994, p.47). Tratava-se assim de perpetuar a Cultura Cristã e da Igreja Católica, com a salvação eterna, onde para aqueles que haviam pecado o trabalho braçal estava destinado para que conseguissem ter acesso ao céu, e aos que não foram destinados ao trabalho braçal, tinham a tarefa de comandar a vida social.

No século XVII, de acordo com Aranha (1996), o ensino não apresentou significativas diferenças do século anterior. Mantinha-se o ensino jesuítico conservador, aliando a uma

revolução intelectual movida pelo racionalismo cartesiano³ e pelo renascimento científico. “[...] O ensino rejeita as ciências físicas ou naturais, bem como a técnica ou as artes, visando apenas a formação humanística, centrada, com ênfase no grau médio” (ARANHA, 1996, p.115). Após ter passado a fase de civilização da Colônia pela Companhia de Jesus, a catequese foi perdendo a atenção na ação dos Jesuítas.

Com o iluminismo⁴ a educação não estava somente mais atrelada à religião, nem a interesses de uma determinada classe, tinha proposta de ser leiga e livre. Nesse sentido prevaleceram algumas idéias como:

Educação ao encargo do estado; Obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar; Nacionalismo, isto é, recusa do universalismo jesuítico; Ênfase nas línguas vernáculas, em detrimento do latim; Orientação prática, voltada para as ciências, técnicas e ofícios, não mais privilegiando o estudo exclusivamente humanístico (ARANHA, 1996, p.125).

Ainda de acordo com a autora, mesmo com o ideal liberal⁵, a educação na Europa não foi das melhores, pois havia professores inexperientes, mal pagos, sem domínio de classes, usavam de castigos corporais como prática de ensino. Apesar dos projetos de estender a educação a todos os cidadãos, prevaleceu à diferença de ensino, uma escola para o povo⁶, e outra para burguesia.

No Brasil, de acordo com Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), neste período encontrava-se uma população de escravos, trabalhadores livres, rurais e urbanos, uma pequena camada de proprietários e comerciantes para os quais a escolarização tornava-se dispensável, pois, vivia-se em um modelo agrário em submissão à Metrópole (Portugal), onde a elite tinha o ensino como prioridade, algo elementar. Isso veio a ser criticado quando, no início do século XVIII, ocorreu a Reforma Pombalina, quando o Marquês de Pombal, “[...] expulsou os Jesuítas

³ “Racionalismo cartesiano é uma doutrina que atribui à Razão humana a capacidade exclusiva de conhecer e de estabelecer a Verdade. Opõe-se ao empirismo, colocando a Razão independente da experiência sensível, ou seja, rejeita toda intervenção de sentimentos, somente a Razão” (RACIONALISMO, 2008).

⁴ Teve início no século XVIII, e representou diversas tradições filosóficas, atitudes religiosas e pensadores, que vinham para superar ideologias tradicionais e preconceitos (ILUMINISMO, 2008).

⁵ “Corrente política que se afirma na Europa, mas também na América do Norte a partir de meados do século XVIII. Combate o intervencionismo do Estado em todos os domínios. Na economia defende a propriedade e a iniciativa privada, assim como a auto-regulação econômica através do mercado. Na política preconiza um Estado mínimo confinado a simples funções judiciais e de defesa” (LIBERALISMO, 2008).

⁶ Povo nesse contexto é a forma de se referir a população pobre da sociedade.

de todo o Império Lusitano, desmontando o sistema de ensino implantado em terras brasileiras” (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, p.49). Desta maneira, a Reforma representou a insatisfação da qual passava a sociedade lusitana, com a perda de sua soberania, ou seja, a Reforma Pombalina tinha estratégias culturais educacionais que visavam reerguer Portugal. No Brasil, a Reforma Pombalina monopolizou tanto o setor administrativo quanto o educacional. No que se refere ao ensino, foram criadas as Aulas Régias, que eram aulas avulsas que visavam suprir as disciplinas dos extintos colégios. Já os “[...] jesuítas foram afastados sob a acusação de culturalmente retrógrados, economicamente poderosos e politicamente ambiciosos [...]” (*Id, Ibid*, p.53). Mas nem por isso Metrópole e Colônia cortaram relações com a Igreja Católica.

Segundo Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) foram instauradas novas ordens religiosas, que continuavam a reger a vida educacional e espiritual da população representada pelos padres da Ordem do Oratório que tinham ligação com uma face do Catolicismo mais moderno e de seus conteúdos de ensino mais atualizados. Após a fundação do Império, as medidas tomadas não foram de iniciar uma reforma, mas sim, criar um sistema de ensino. As primeiras iniciativas não possuíam o mesmo compasso, pois os primeiros debates, feitos pela Assembléia Constituinte Legislativa de 1823, tinham dois projetos: um para educação elementar (ensino para as crianças); outro para criação de universidades. Em nenhum momento foi apresentado proposta para criação de um sistema de educação popular, demonstrando o interesse novamente para educação da elite. Dessa maneira o projeto propunha amplos conteúdos para o ensino primário de acordo com os moldes europeus, mas o que aconteceu foi simplesmente a criação de Escolas de Primeiras Letras, o que caracterizava que mesmo após a Independência (1822), a realidade econômica e política continuava a ser um desencontro entre teoria e prática no que se refere ao ensino popular. Vale considerar que o processo de Independência nada mais foi do que um acordo, arranjo, entre forças políticas de modo a atender o novo capitalismo europeu.

O ensino no Primeiro Reinado (1822-1831), afirma Aranha (1996), não foi diferente: também se constituiu no ensino da elite. Isso foi notado através da implantação dos cursos superiores. Em 1834 não havia uma política de educação sistemática e planejada. “[...] com a Constituição, e o Ato Adicional de 1834, descentraliza o ensino, atribuindo a Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto as províncias (futuros estados) são destinadas a escola elementar e a secundária [...]” (*Id, Ibid*, p.152). Esta ação ocasionou a não unidade no sistema educacional vigente. As províncias assumiram o compromisso de criar as

Escolas de Primeiras Letras, que foram criadas de forma precária, fazendo com que aumentasse o ensino particular, pois havia falta de investimentos no setor público, o que refletiu na falta de construção de escolas, o não preparo dos professores, bem como suas baixas remunerações.

Aranha (1996) relata que com as alterações no modelo agrário para o modelo industrial, não houve o favorecimento da educação no país, não foi visto como meta prioritária, haja vista “[...] pela grande população rural analfabeta composta, sobretudo por escravos” (*Id, Ibid*, p.155). Neste período não havia exigência para conclusão do curso primário, fazendo com que a elite educasse seus filhos em casa, e para as demais classes restava algumas raras escolas, com atividade apenas de “ler, escrever e contar”. No que se refere ao ensino para meninas, nas camadas mais pobres da sociedade nem era cogitado, e nas classes superiores recebiam instruções em graus variados de educação doméstica.

Outro fato marcante argumenta a autora, foi a concretização da Lei Saraiva em 1881, que introduziu as eleições diretas, que escolhiam os representantes da província e da nação, mas restringia o direito ao voto. Somente as pessoas alfabetizadas e com renda votavam, ou seja, pobres e analfabetos não poderiam expressar sua opinião através do voto. Essa Lei favoreceu o preconceito e a discriminação ao analfabeto, no Período Republicano com uma grande taxa de excluídos da escola, onde o analfabetismo era visto como incapacidade e incompetência.

1.2 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO

Com a Proclamação da República (1889), afirmam Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) o ensino elementar não mudou a situação em relação ao Regime do Império. A Constituição Republicana (1891) extinguiu o critério de renda para o voto, mas nem dessa forma houve interesse do poder público em expandir o sistema de ensino. Outro desinteresse pela educação foi a continuação da descentralização do sistema escolar elementar. Novamente foi afirmado na Constituição de 1891, o discurso de manter o federalismo, com responsabilidade na educação superior e autonomia dos Estados na educação do ensino secundário. Ficou evidente dessa forma, a precária condição da escola primária nas diversas regiões do país durante o Período Imperial.

Os períodos se alteram na condição sócio-política do país, dizem os autores, chega a chamada República Velha (1889-1930), que foi o período em que o ensino esteve em ascensão e obteve vasta criação de legislações no ensino superior, secundário, e primário no Distrito Federal.

Houve a reforma do ensino secundário que introduziu os estudos nas ciências, e a laicização do ensino público. “[...] Era fruto da separação que a Constituição Republicana estabelecia entre Estado e Igreja” (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p.106). Neste contexto, o ensino primário se constituiu como ensino de alfabetização. Já o ensino superior, sua expansão era necessária visto a demanda social e política para manter os quadros no sistema (os cargos de maior relevância social como os advogados, políticos médicos), essas eram ações necessárias para sociedade da época.

Afirma Aranha (1996) que, com a entrada do século XX, presenciaram-se acontecimentos como a Primeira Grande Guerra (1914-1918), a queda da Bolsa de Nova York em 1929, acontecimentos que marcaram o mundo em todos os setores. No que se refere à educação, “[...] as propostas educacionais do século anterior reafirmam no século XX a necessidade da escola pública, leiga, gratuita e obrigatória” (*Id, Ibid*, p.163).

De acordo com Ghiraldelli Júnior (1992), a Inglaterra após a Primeira Guerra Mundial entrou em declínio, devido ao esgotamento pelos esforços feitos na guerra, onde teve o agravamento da situação econômica e dos problemas sociais, os Estados Unidos da América (EUA) passaram a ter maior influência sobre o Brasil. Antes da Primeira Guerra, os banqueiros ingleses mantiam o Brasil sob seu domínio, no que se refere os financiamentos para as lavouras brasileiras. Após a Guerra, os EUA passaram a ter um maior domínio sobre os novos padrões de consumo, de bens materiais, como também culturais na vida social brasileira. Desta forma, estudiosos brasileiros foram aos EUA para conhecer mais sobre o Movimento Escola Nova⁷. A escola era uma instituição que estava reservada à elite nacional onde as ações destinadas ao ensino eram voltadas para o que a classe dominante exigia.

Com a entrada do novo século, o Brasil passou por transformações em sua economia e na área social, que atingiu a educação. Afirmando Xavier, Ribeiro e Noronha, (1994) que a classe dominante priorizou seus privilégios enquanto os progressistas⁸ lutaram pela modernização do ensino. Assim como a classe média buscou a democratização do regime político e escolar, do mesmo modo a classe dos trabalhadores lutou por uma escola única, universal e gratuita. Durante

⁷ “A Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. “[...] O escolanovismo acredita que a educação é o exclusivo elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nessa sociedade [...]” (ESCOLA NOVA, 2008).

⁸ Possuem uma ideologia de desenvolvimento, aperfeiçoamento, superação e evolução.

os anos de 1910 a 1920, o movimento do operariado brasileiro era de grande proporção, não somente pelo ensino, mas também por mudanças na vida econômica e política e social da sociedade brasileira.

Segundo Aranha (1996), os revolucionários⁷ pensavam que a educação pudesse ser garantia de mobilidade social e sucesso. Diante disso, o ideário da Escola Nova contribuiu para democratização da sociedade. “[...] O escolanovismo resulta da tentativa de superar a escola tradicional excessivamente rígida, magistrocêntrica e voltada para a memorização dos conteúdos [...]” (*Id, Ibid*, p.173). O escolanovismo foi a tentativa de adotar métodos de trabalho em grupo, valorizar a criança, não mais colocando o professor como o centro das atenções, como vinha acontecendo anteriormente, bem como oferecer uma escola renovada, administrada pela comunidade, onde todas as classes sociais tivessem acesso, para a construção de uma nova sociedade.

Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) colocam que, neste período, o Brasil encontrava-se com seu ensino defazado e com graves problemas sociais, sendo um deles a criminalidade. Desta forma, a paz harmoniosa do país estava colocada em risco. Após a Primeira Grande Guerra, a nova burguesia que se instalou no país, a partir da industrialização e urbanização, exigiu o acesso à educação. Com esse processo de industrialização, urbanização e modernização, vários movimentos/reformas surgiram em defesa do ensino, inspirados no ideário da Escola Nova. Um destes foi a Reforma Francisco Campos⁹ (1931-1932) que instituiu o inspetor dentro da escola, para dar suporte a equipe pedagógica; estruturou o ensino comercial que estava caracterizado no segundo grau e desenvolvia ações específicas do comércio para auxílio no setor administrativo, tanto de empresas públicas como privadas, além da organização da Universidade do Rio de Janeiro e da criação do Conselho Nacional de Educação.

Em 1932 foi publicado no Brasil o Manifesto dos Pioneiros da Educação, encabeçado por Fernando de Azevedo. Segundo Aranha (1996), o documento defendeu a educação como obrigatória, gratuita e leiga, sendo um dever do Estado garanti - lá, devendo ser implantada em âmbito nacional. O documento criticava o sistema vigente de ensino, que destinava uma escola para os ricos e outra para os pobres, reivindicando assim que a escola fosse básica e única.

⁹ “Dentre os adeptos da escola nova, que na década de 20 tinham empreendido reformas de ensino, destaca-se Francisco Campos, cuja atuação já era conhecida no estado de Minas Gerais. Ao assumir o Ministério da Educação e Saúde, recém-criado pelo governo provisório de Getúlio Vargas, imprime uma tendência renovadora nos diversos decretos de 1931 e 1932” (ARANHA, 1996, p.200).

Outra conquista importante no país, segundo a autora, foi a Reforma Capanema. Ela aconteceu no período do Estado Novo¹⁰(1937-1945), juntamente com a Ditadura de Vargas. A mesma criou as Leis Orgânicas do Ensino decretadas de 1942 a 1946. Foi a primeira vez que o ensino primário teve a atenção do governo federal, diminuindo as taxas de analfabetismo no Brasil a partir de 1947, como também proporcionando o aumento das escolas normais que chegaram a 540 estabelecimentos.

Atrelado às reformas, existiu um conflito acirrado entre católicos e escolanovistas, pois, “Os pensadores católicos preconizam a reintrodução do ensino religioso nas escolas por considerar que a verdadeira educação apenas pode ser aquela vinculada á visão moral cristã. Para eles, as escolas leigas ‘só instruem, não educam’”. (*Id, Ibid, p.199*).

Os católicos fizeram várias oposições ao Movimento da Escola Nova, mas não de forma isolada. Segundo Ghiraldelli Júnior (1992), o Papa Pio XI, fez várias críticas à liberdade que estava sendo dada às crianças. A partir deste movimento, os escolanovistas foram chamados de materialistas e comunistas pelos conservadores católicos. No que se refere à posição do governo, no período de Vargas, esta ficou duvidosa, pois não poderia deixar de estar do lado dos católicos, mas também não deixou de dar apoio à ação modernizadora defendida pelos profissionais de educação. Esse confronto entre liberais e católicos se delineou na Assembléia Nacional Constituinte. Desta forma a Constituição de 1934 foi um grande progresso até então não visto nas Constituições de 1824 e 1891. A Constituição de 1934 tinha como pretensão introduzir o Plano Nacional de Educação, que visava o acesso à educação em todos os ramos e em todos os níveis, seja primário, secundário ou superior em todo o país, como também estabeleceu concurso público para o magistério, bem como fiscalização e dotação orçamentária para educação.

Afirma Ghiraldelli Júnior (1992) que em contrapartida à Constituição de 1934, a Nova Constituinte produzida em 1937 inverteu todos os avanços adquiridos até esse momento. O Estado passou apenas a ser subsidiário no que se referia a educação, não era mais sua obrigação expandir o ensino público. O Estado não estava mais interessado em financiar a educação, e dessa forma estabeleceu um dualismo onde a elite teria seus estudos através das escolas que poderiam pagar e os pobres deveriam usufruir das escolas profissionais, oficializando a divisão de classes existente e a visualização de setores conservadores. “A legislação era clara: a escola deveria

¹⁰“Este regime foi um recurso utilizado para a continuidade da implantação na sociedade brasileira, de uma política econômica de base capitalista segundo um modelo urbano-industrial [...]” (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 188).

contribuir para a divisão de classes e, desde cedo, separar pelas diferenças de chances de aquisição cultural, dirigentes e dirigidos” (*Id. Ibid*, p.86).

Segundo Romanelli (1984), como as indústrias passavam por um momento de expansão, exigia uma melhor qualificação da mão-de-obra, ou seja, era necessário a criação do ensino profissionalizante. O que existia era o ensino profissional de grau médio, onde as massas não tinham a disponibilidade de cursar até o final, pois necessitavam qualificar-se logo para o trabalho, já que a indústria exigia uma instrução mínima do operariado, e que a mesma fosse dada de forma rápida. Em resposta a esta situação, ocorreu por parte do governo, um novo “[...] sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias e com a Confederação Nacional das Indústrias” (*Id, Ibid*, p.166).

Menciona o autor que nesse contexto de 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que teve a função de gerenciar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários. O SENAI era mantido pela contribuição dos filiados à Confederação Nacional das Indústrias. Para isto o governo baixou o Decreto-Lei nº4. 481, em 16 julho de 1942, onde obrigava as indústrias a contratar em seu quadro 8% de aprendizes que estudavam nas escolas do SENAI, dessa forma dando prioridade a filhos e irmãos dos empregados. Já em 1946, quatro anos após foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pela lei nº8. 621, de 10 de janeiro. O SENAC possuía a mesma estrutura do SENAI, única diferença que ele era gerenciado e dirigido pelo comércio. Desta forma, o ensino profissionalizante tornou-se mais atrativo para as classes populares, pois os alunos passaram a receber salário e treinamento nas próprias empresas.

Para Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), outro marco importante para educação foi a Constituição de 1946, que de certa forma trouxe novamente uma tendência democratizante para o país. A partir dessa Constituição que deveriam ser instituídas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1947 foi instituída a comissão que enviou o projeto ao Congresso Nacional, mas apenas em 1948 entrou na Câmara Federal o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que se constituiu em um importante projeto de modernização do ensino para o país, e demorou 13 anos para entrar em vigor. Havia divergências quando as discussões tratavam sobre o aspecto da “liberdade de ensino”, pois tradicionalmente instituições de ensino pertenciam às congregações religiosas. Desse modo os católicos criticavam a laicidade do ensino defendendo o ensino elitista, sem a democratização do ensino. “[...] Afinal, a educação popular ampliaria a

participação política, o que poderia levar à alteração da estrutura do poder” (ARANHA, 1996, p. 204).

De acordo com Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), como houve a decepção dos grupos politicamente interessados na educação depois da aprovação da LDB, que favoreceu a iniciativa privada, e não a educação pública, a metade da década de 1960 ficou conhecida pelos vários Movimentos de Educação Popular como: Movimento de Cultura Popular (MCP), de Pé no Chão também se Aprende a ler, Movimento de Educação de Base (MEB) e Centro Popular de Cultura e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Movimentos que levaram muitas vezes a educação aos “palcos” de discussão na busca de garantir uma educação laica e democrática.

A partir do contexto já colocado, o quadro a seguir demonstra algumas semelhanças e divergências nas Constituições do início do XX.

QUADRO 1 - AS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

CF/1934	CF/1937	CF/1946
- Produzida por uma Assembleia Nacional Constituinte eleita em eleições gerais.	- Produzida pela tecnoburocracia e imposta a toda população.	- Produzida por uma Assembleia Nacional Constituinte eleita em eleições gerais.
De tendência democratizante, uma vez que: - afirma a obrigação do Estado (em nível federal, estadual e municipal) na manutenção e na expansão do ensino público; - afirma a gratuidade do ensino primário e a tendência à gratuidade dos demais graus de ensino	De tendência antidemocratizante, uma vez que: - desobriga o Estado (em nível federal, estadual e municipal) da manutenção e expansão do ensino público; - institucionaliza o ensino público pago (quem pudesse deveria pagar uma taxa desde o ensino primário que, em princípio, na lei era gratuito).	De tendência democratizante, uma vez que: - afirma a obrigação do Estado (em nível federal, estadual e municipal) na manutenção e na expansão do ensino público; - afirma a gratuidade do ensino primário e a gratuidade dos demais graus dependendo da prova de falta ou da insuficiência de recursos.
Determina percentuais mínimos dos impostos a serem aplicados em Educação: nunca menos de 20% pelo governo federal, de 20% pelos governos estaduais e 10% pelos governos municipais.	- Nada afirma sobre percentuais mínimos dos impostos a serem aplicados em Educação.	- Determina percentuais mínimos dos impostos a serem aplicados em Educação nunca menos de 10% pelo governo federal, 20% pelos governos estaduais e 20% pelos governos municipais.
- Determina concursos públicos para o magistério.	- Nada afirma sobre concursos públicos.	- afirma os concursos públicos para o magistério.
- Atribui à União competência privativa para traçar diretrizes da Educação Nacional	- Nada afirma sobre a competência da União para traçar as diretrizes da Educação Nacional.	- atribui à União competência para legislar sobre as diretrizes da Educação Nacional.

- Não afirma nada sobre a cooperação entre indústria e Estado, quanto ao ensino profissionalizante.	- Estabelece o regime de cooperação entre a indústria e o Estado quanto ao ensino profissionalizante.	- coloca a responsabilidade das empresas à educação de seus empregados e dos filhos dos empregados, caso estes sejam em número superior a cem.
---	---	--

FONTE: (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p.186-187).

Observa-se no quadro o caráter democratizante das Constituições de 1934 e 1947, o que não pode ser percebido na Constituição de 1937, a qual apresenta um contexto totalmente conservador. Vale ressaltar que, mesmo estando em Lei, nem sempre tudo que estava escrito era necessariamente posto em prática.

Depois destas alterações, afirmam os autores, foi somente no governo de João Goulart que foi aprovado, em 1962, o Plano Nacional de Educação (PNE). “Esse plano tinha como uma das metas a eliminação do analfabetismo buscando atender as exigências do trabalho da **Aliança para o Progresso**, assinado em Punta Del Este (Uruguai) em 1961” (*Id, ibid*, p.217- grifo dos autores). Neste mesmo ano (1961) foi dada posse ao governo de Jânio Quadros, ficando até agosto desse ano, sendo substituído pelo seu vice João Goulart. Conforme os autores citados, seu plano de governo era a moralização, desenvolvimento econômico e melhoramento da democracia.

1.3 GOLPE DE 1964 E A DITADURA MILITAR: RETROCESSO PARA EDUCAÇÃO

Com o Golpe de 1964, a sociedade brasileira participou da imposição imperialista de progresso, ou seja, tinha um governo autoritário que não aceitava participação social de nenhum setor. Neste momento o “[...] país passou a ser governado através de Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis de Segurança Nacional e Decretos Secretos” (XAVIER; RIBEIRO; NORANHA, 1994, p.225).

O Golpe Militar durou 21 anos, e durante esse período passaram pela direção do Brasil cinco generais, os quais possibilitaram a abertura, segundo Aranha (1996), para o capital estrangeiro, indo contra o ideal do nacional-desenvolvimentismo. O modelo adotado de concentração de renda, a repressão na educação e a sua privatização favoreceram uma pequena camada da população. As classes populares foram excluídas do ensino elementar de boa qualidade, e houve a institucionalização do ensino profissionalizante. A Ditadura Militar não

mudou o modelo econômico adotado, mas sim, sua intenção era modificar a política, pois grande parte do capital que chegava era investido nos parques industriais.

“O golpe de 1964 retirou do governo as frações da burguesia que, empunhando o populismo e o nacionalismo, cediam certos espaços para as classes populares no gerenciamento da sociedade política [...]” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1992, p.166). Nesse sentido, o autor ainda afirma que o regime passou a ter alianças com a tecnoburocracia militar e civil¹¹ e com a burguesia industrial, para que assim a tecnoburocracia pudesse ter o controle total da sociedade política em benefício da acumulação do capital.

Afirma Ghiraldelli Júnior (1992) que a burguesia industrial passou a ser administrada pela tecnoburocracia militar e civil. Como havia a falta da democracia política, isso favoreceu para que certas decisões acerca da economia fossem tomadas sem a consulta das duas partes que haviam feito a aliança. Assim, algumas partes até mesmo da elite que apoiaram o golpe, bem como as camadas populares afastadas de qualquer decisão política ficaram descontentes pelo descaso com a política industrial, fiscal, agrícola, salarial, e educacional. O desencontro entre os governantes e os interesses da elite ficavam cada vez mais evidentes, na política educacional da Ditadura e das reformas de ensino da época. As reformas tinham o mesmo ideal que era “[...] alinhar o sistema educacional pelo fio condutor da ideologia do ‘desenvolvimento com segurança’” (*Id, Ibid*, p.167).

No governo de Castelo Branco (1964-1967), as diretrizes educacionais da época voltaram-se para política em relação ao analfabetismo, buscavam a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar, e a sua universalização. A busca por esses ideais continuou presente nos governos de Costa e Silva, Médici e Geisel. O governo de Costa e Silva (1967-1969), mesmo sendo breve, possuiu um aparelho bem repressivo. Nesse governo foram instituídos o AI-5¹² (1968) e o Decreto - Lei nº 477¹³ (1969). Esse processo ocorreu para desmobilizar qualquer insatisfação política dos estudantes, contra o Regime Militar (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994).

¹¹ “[...] Neste processo, a tecnoburocracia militar e civil acabou obtendo o controle exclusivo da sociedade política, racionalizando e ordenando a economia no sentido de favorecer o processo de acumulação e centralização do capital” (*Id, Ibid*, p.166).

¹² “[...] O AI-5 promoveu o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, previu a intervenção nos estados e municípios e o *habeas-corpus* nos casos de crimes políticos” (*Id, Ibid*, p.235). O decreto também, proibiu qualquer manifestação de assuntos políticos, na música, no teatro e no cinema, bem como reuniões de cunho político, até mesmo a proibição de freqüentar certos lugares.

¹³“O Decreto nº477 permitia que se reprimisse com rigor qualquer tentativa de crítica política no interior das escolas e universidades” (*Id, Ibid*, p.235).

Segundo os autores, o processo de “linha dura” continuava cada vez mais expressivo no Brasil. No governo de General Médici (1969-1974), o Brasil viveu um momento muito bom na economia, com altos índices de crescimento, mas por outro lado as condições de vida da população não haviam tido melhorias. Esse governo foi a ascensão da “linha dura”, com perseguições políticas, censuras, torturas, tudo em nome da segurança do país, em combate aos comunistas. A sociedade brasileira estava calada, os movimentos sociais estavam censurados e vários políticos cassados. O governo tinha em seu discurso, tornar o Brasil uma grande potência em todos os setores da sociedade. No campo da educação foi publicado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1970-1974), que visava o aumento da capacidade do país para chegar a índices de nações desenvolvidas. Esse plano possuía três metas:

1ª - a tarefa de uma geração seria a de entregar à próxima um país cujos principais indicadores econômicos e sociais já correspondessem mais ou menos aos níveis das atuais nações desenvolvidas; 2ª - a idéia de que entre 1969 e 1980 seria possível dobrar a renda *per capita* do Brasil; 3ª - a consecução de certas metas para que, por volta de 1974, o país já estivesse com um produto Interno Bruto na altura de 54 bilhões de dólares e uma renda *per capita* que ultrapassasse 500 dólares (CF. I PND *apud* XAVIER; RIBEIRO; NORANHA, 1994, p.245-246).

Relatam Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) que, a partir do Plano, o governo pretendia aumentar o número de matrículas no 1º e 2º grau até 1974, reduzir o número de analfabetos e aumentar o número de mão-de-obra treinada.

Conforme os autores, no governo de Ernesto Geisel (1975-1979) foi publicado o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que enfatizava a área social e econômica, para o bem-estar do homem, louvando a Ditadura Militar e procurando construir uma sociedade progressista, moderna e humana. Foi nesse período que o “[...] ensino profissionalizante foi o projeto mais audacioso que a política educacional da ditadura brasileira empreende [...]” (*Id, Ibid*, p.249). Com a Lei nº 5.692/71¹⁴, as escolas particulares tiveram maior êxito, pois conseguiram recursos para implementação do ensino profissionalizante, já as escolas públicas não tiveram condições de realizar o projeto, pois o Estado não repassou os devidos recursos às mesmas, representando dessa forma os ideais da Ditadura.

¹⁴ A Lei nº 5.692/71 fixava diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus bem como a educação privatizante e profissionalizante (XAVIER; RIBEIRO; NORANHA, 1994, p.249).

Ainda de acordo com os autores, a reforma de 1º e 2º grau, Lei nº 5.692/71, tinha dupla função: foi utilitarista e discriminadora. Utilitarista porque visava à inserção imediata do estudante no mercado de trabalho e discriminatória porque não dava iguais condições de oportunidade para a ascensão social. Junto à reforma, houve também a responsabilidade da educação básica ao município, ou seja, transferindo a responsabilidade do Estado para o município, o que favoreceu na época o desvio de verbas e o clientelismo político.

No final da década de 1970, a economia e a sociedade brasileira estavam frágeis, era necessário pensar o futuro do Brasil.

Respondendo a esse quadro, nos anos de 1978 e 1979 observa-se um aumento das mobilizações e dos movimentos grevistas abrangendo trabalhadores urbanos e rurais. As pesquisas mostram que no ano de 1979 mobilizaram-se aproximadamente 3,3 milhões de trabalhadores, totalizando 430 greves em todo o país. No meio urbano essas greves envolviam metalúrgicos, transportes, funcionários públicos, professores, médicos, construção civil, lixeiros, bancários, reivindicando, entre outras coisas, aumento salarial, estabilidade no emprego, jornada de 40 horas, direito de greve, autonomia sindical e anistia (*Id, Ibid, p. 263*).

Os autores afirmam ainda, que no Governo do General Figueiredo (1979-1985) houve o fim do milagre econômico¹⁵, início de um período de democratização que teve espaço com o pluripartidarismo, e a Ditadura Militar começou a perder sua legitimidade, pois, o Brasil encontrava-se com uma grave crise econômica, onde a inflação era muito alta, bem como a dívida externa. Nesse sentido, o início dos anos de 1980 demonstrou o esgotamento do regime autoritário no país, quando os governos militares não conseguiram a estabilidade econômica, com a modernização do país, com a política e a não distribuição de riquezas, fazendo surgir vários movimentos sociais abrangendo diversos setores da sociedade. A ditadura começou a dar sinais de enfraquecimento, e a democratização começava a ser cada vez mais presente nas discussões a fim de recuperar os espaços perdidos. Dessa forma, os governantes de oposição, eleitos em alguns estados brasileiros em 1982, preocuparam-se em romper com as políticas educacionais do governo militar, sua ênfase estava no ensino público, para torná-lo acessível a toda a população, principalmente as classes populares.

¹⁵ “O ‘milagre econômico’ foi o expressivo crescimento econômico ocorrido durante a ditadura militar entre os anos de 1969 e 1973” (MILAGRE ECONÔMICO, 2008).

Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) afirmam que a ditadura deixou, segundo dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1985, vinte milhões de analfabetos no país, oito milhões de crianças não haviam tido acesso à escola, bem como houve aumento expressivo de evasão escolar e repetência. A partir desse mesmo ano, a proposta do governo era a educação para todos, com o discurso “tudo pelo social”.

1.5 A DEMOCRACIA NO BRASIL: GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Conforme Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), o ano de 1985 foi o marco democrático no país: foi eleito o primeiro Presidente da República (Tancredo Neves), com a participação popular, o qual veio a falecer, assumindo o seu vice, José Sarney (1986-1989). Nesse governo foi instituído o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República. O Plano destacou aspectos como o sistema escolar, qualidade do ensino, valorização dos profissionais e a grande quantidade de analfabetos. Isso proporcionou a obtenção de um diagnóstico a cerca de várias modalidades de ensino, como 1º e 2º graus, supletivos, educação superior, dentre outras. A partir do diagnóstico foram propostas ações para “[...] assegurar acesso de todos a um ensino de boa qualidade, notadamente básico, enquanto direito social, com base em soluções que traduzam os anseios da coletividade” (*Id, Ibid*, p.283).

De modo geral, a década de 1980 foi marcada por intensas mobilizações devido à necessidade de reforma democrática no país, em função da Ditadura Militar instalada no Brasil. Dessa forma, vários setores clamavam pela volta do Estado de direito. Nesse contexto, era necessária uma nova constituição que ampliaria a inclusão e os direitos da população que por vários anos estavam silenciados.

De acordo com os autores, anteriormente a Constituição de 1988, a educação no Brasil não possuía uma política nacional articulada, pois não tinha projetos, havia muita distância entre o discurso e aplicação de medidas. Em 1988 entrou em vigor a Nova Constituição Brasileira: a Constituição Cidadã, com vários avanços para a sociedade brasileira, como a criação da licença-paternidade, aumento das férias e diminuição da jornada de trabalho. A educação ficou substanciada no artigo 205 da seguinte forma: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício para cidadania e sua qualificação para o

trabalho” (BRASIL, 2004, p.152). Neste período o novo projeto Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1993), de cunho progressista, deu entrada no Congresso. “No primeiro semestre de 1990 começou a fase de discussão e votação do texto que se estendeu até junho do mesmo ano” (XAVIER; RIBEIRO; NORANHA, 1994, p.273). Isso representou uma forte pressão de grupos que estavam silenciados por vários anos. Era necessário fazer com que a educação chegasse a todas as parcelas da sociedade, já que apenas uma camada da população tinha acesso à mesma, ou seja, a burguesia.

Segundo os autores, a intenção de todos os programas da época estavam focados para a “[...] eliminação da pobreza com a participação da sociedade na tarefa de socorrer os carentes, utilizando, para isso o discurso da descentralização e regionalização [...]” (*Id, Ibid*, p.285). O governo então criou políticas compensatórias, sendo uma delas a da educação, onde o Estado não estava comprometido com o financiamento da educação pública, por muitas vezes destinava recursos para entidades privadas. As políticas compensatórias eram ações assistencialistas que vinham apenas socorrer aqueles que estavam marginalizados de forma imediata e não resolver o problema estruturalmente na sua raiz.

Com a entrada de Collor na presidência do país, na década de 1990, com seu projeto de Brasil novo, o país não possuía um Plano para educação. Esta política social não ocupou o núcleo central do seu mandato, culminando dessa forma em ações fragmentadas e sem recursos. Conforme relatam Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), alguns programas foram criados como: Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (1990); Plano Setorial de Ação (1991-1995); Brasil, um projeto de Reconstrução Nacional (1991); Projeto Minha Gente (1991). Mas a maioria ficou só no papel, tinham a intenção de causar uma boa impressão na sociedade, pois muitos desses programas não se efetivaram por falta de recursos. De acordo com os autores, como o governo de Collor se omitiu quanto às propostas feitas à educação escolar, várias entidades da sociedade civil, como os sindicatos, iniciaram por conta própria a alfabetização dos trabalhadores apoiados por algumas empresas. Desta forma, efetiva-se a minimização do Estado onde passa para a sociedade civil o que deveria ser garantido pela União.

Após o *impeachment* do Presidente Collor, de acordo com Marques e Mendes (2004), assumiu a presidência Itamar Franco (1992-1995), o Brasil passava por um momento de grave inflação, desemprego, as instituições sociais estavam desacreditadas pelos brasileiros. Em seu

governo foi elaborado o mais bem sucedido plano de controle inflacionário, o Plano Real, seu governo foi muito bem aceito pela transparência com que foi realizado.

Em um novo processo de transição governamental foi eleito Fernando Henrique Cardoso (FHC), que assumiu a presidência em 1995, sendo reeleito em 1998. De acordo com Faleiros (2004), no seu governo teve-se a abertura para o capital estrangeiro, com a entrada do capital mundial no país, com a privatização dos setores de mineração, de telecomunicações e de energia, são algumas características das ações do neoliberalismo¹⁶ presente no Brasil já em governos anteriores, porém com FHC se concretizaram. No que se refere à educação, com a implantação do neoliberalismo, esta deixou de ser parte do campo social para ingressar no mercado e funcionar de acordo com suas regras. Antes mesmo de entrar no governo, já em sua campanha, FHC colocou a educação como uma de suas cinco metas prioritárias, de acordo com Marques e Mendes (2004), além dos vários problemas existentes em seu governo, o analfabetismo encontrava-se em grau muito elevado, bem como a evasão escolar e a repetência, oriundos da má administração dos recursos financeiros da educação.

A partir desse diagnóstico, o governo elegeu como prioridade o ensino fundamental e criou procedimentos e mecanismos para implantar a universalização: descentralização das ações; aplicação dos recursos em atividades-fins; compartilhamento da responsabilidade entre a União, os estados e os municípios; eleição de critérios e objetivos (alunos matriculados e nível de carência dos estados e municípios) para a alocação dos recursos; e exigência de aplicação exclusiva dos recursos recebidos em educação (MARQUES; MENDES, 2004, p.194).

Ainda segundo os autores, nesse mesmo tempo estavam sendo discutidas mudanças no Congresso Nacional, em relação às novas diretrizes para a educação nacional. Juntamente a isso o governo criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (1996), o Fundef. A partir dessa criação, cada responsabilidade frente à educação ficou definida, por estado, como também um valor mínimo definido por aluno/ano para, desta forma, corrigir a má distribuição dos recursos para a educação. Neste mesmo ano houve a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) Lei

¹⁶ “Podemos definir o neoliberalismo como um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. De acordo com essa doutrina, deve haver total liberdade do comércio (livre comércio), pois este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país” (NEOLIBERALISMO, 2008).

9.394/96, que garante o funcionamento do sistema educacional entre as três esferas de governo, defende a descentralização e autonomia das universidades e escolas, defende o campo de atuação do ensino profissional e a avaliação regular do ensino. Desta forma, a LDB, juntamente com o Fundef promoveram significativas transformações no sistema educacional como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); priorização do ensino de jovens e adultos; vários outros projetos associados ao Programa Comunidade Solidária. Quanto à economia, a governo deu continuidade ao Plano Real, e conseguiu controlar a inflação.

Conforme Gentili (2005), a partir da entrada dos anos de 1990, os índices de escolaridades sofreram significativos crescimentos, as estatísticas mostram as visíveis mudanças no quadro educacional nos anos que precederam a entrada do governo Lula.

[...] De fato, a taxa de analfabetismo que era de 25,4% no início dos anos oitenta, vinte anos depois havia sido reduzida para menos da metade. Entre o início da década de setenta e o fim dos anos noventa, duplicou-se o número de matrículas no ensino fundamental obrigatório (de 7 a 14 anos), passando de 18,4 milhões para 35,8 milhões, quase a totalidade dos meninos em idade escolar. Neste mesmo período, o ensino médio (15 a 17 anos) cresceu mais de cinco vezes, passando de 1,3 milhão para 7 milhões, dado que se torna ainda mais relevante diante da desaceleração do crescimento populacional ocorrido entre 1970 e 2000 (HASENBALG, 2003 *apud* GENTILI, 2005, p. 2).

Com o término do Governo de FHC, Lula tomou posse em 2003 e foi reeleito em 2006, um governante que pela primeira vez não saiu das parcelas da classe dominante do país. Em seu governo foram “criados” vários programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e várias ações ligadas a área social, e com o Ministério do Desenvolvimento Social, buscou combater a inflação e ampliar as exportações. Na área da educação o governo não priorizou apenas o ensino fundamental, mas do infantil até o ensino médio, capacitou mais de 75 mil docentes, e os alunos do ensino médio foram beneficiados com a distribuição de livros didáticos e a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, o qual é destinado a jovens de 18 a 24 anos. (SOUSA, 2008)

Dessa forma, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Dados e Estatísticas – IBGE (2008), a educação no Brasil teve significativas melhoras no final dos anos do século XX e início do século XXI, como a queda do analfabetismo, e a melhora na frequência escolar. Nos últimos anos da década de 1990, a taxa de analfabetismo caiu de 20,1%, para 13,6%. Houve

melhora também no início dos anos do século XXI, onde a taxa de analfabetismo caiu para 11,8%, em 2002. A média de anos de estudo também aumentou, onde pessoas com 10 anos ou mais tinham uma média de 6,2 anos de estudo, 1,3 anos a mais que 1992.

Como o governo Lula é recente no país, não há bibliografia que retrate as ações realizadas, mas para o que este trabalho se propõe às informações que constam são suficientes.

2 O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social no Brasil surge a partir dos anos de 1930, originário do contexto de questões marcadas pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, pela Revolução Industrial, pela expansão do Capitalismo e graves crises na vida social e política do Brasil. Uma dessas crises é advinda da quebra da Bolsa de Valores, que fez com que o preço da produção (o café que sustentava a economia da época) caísse, o que prejudicou a economia. Com estes acontecimentos, o país deixou de ter uma economia prioritariamente agrária, para abrir espaço para economia industrial, ocasionando dessa forma uma migração muito grande do campo para cidade (o êxodo rural), principalmente nos centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro. Essas mudanças no sistema político e social desencadearam com maior visibilidade as expressões da “questão social”, com altos índices de miséria, doenças, desemprego e desigualdade, fazendo com que a classe dominante, juntamente com o Estado e a Igreja tomassem posição diante dos fatos (DIETRICH, 1997).

Afirmam Iamamoto e Carvalho (2005), que devido ao agravamento da “questão social”, a classe operária se mobilizou para entrar nos embates políticos, buscando garantir seus interesses. Dessa forma, a “questão social” não passou mais a ser a contradição de “abençoados e desabençoados”, passou a ser reconhecida no cenário da contradição antagônica entre capital e trabalho, ou seja, burguesia X proletariado.

De acordo com Iamamoto (2000), neste contexto de embates, o Serviço Social foi implantado para intervir a partir da caridade na vida da classe trabalhadora, para amenizar os problemas sociais. A necessidade desta ação se deu para atenuar os conflitos das classes, para que a harmonia social não fosse colocada em risco. Assim o Serviço Social era um instrumento da sociedade capitalista para eliminar os problemas originados pela classe proletariada, a qual era vista como desajustada, onde a culpa dos problemas recaía sobre o indivíduo e não era considerado como consequência ou responsabilidade das relações sociais que o circundavam.

O pensamento humanístico incorporado pelo Serviço Social faz com que a humanização das condições de vida e de trabalho dos segmentos sociais que constituem a “clientela” atendida pelo profissional seja proposta como objetivo dentro das condições de trabalho alienado que não são questionadas. Ele veicula a “ideologia do trabalho” e confirma a condição do trabalho assalariado como elemento constitutivo da ordem social “natural”, ao mesmo tempo em que

propõe como objetivo fazer da prática profissional um instrumento de reconhecimento da pessoa do trabalhador, enquanto indivíduo particular, enquanto “sujeito” [...] (IAMAMOTO, 2000, p. 28-29).

Nesse contexto, não eram evidenciados os problemas de exploração da classe trabalhadora, mas sim, procurou-se criar um clima solidário entre burguesia e proletariado, já que pertencem ao mesmo sistema produtivo. Segundo Iamamoto (2000), o Serviço Social realizava a formação social, moral e intelectual da família, era um trabalho educativo realizado com as famílias proletárias mais carentes, para integrá-las na sociedade. Outra ação da prática profissional era a individualização dos casos, ou seja, o indivíduo era visto como um ser único e particular. A profissionalização e a legitimação do Serviço Social estiveram ligadas a grande expansão das instituições sócio-assistenciais que surgem no início dos anos de 1940, favorecidas pela crescente industrialização e o crescente número de proletários, o que tornou necessário controlar esse setor. Dessa forma, o Estado passou a controlar as reivindicações populares, através da ampliação de direitos à cidadania pela legislação social e sindical.

Afirma Iamamoto (1995) que, ao passar dos anos, a profissão em certa medida conseguiu ultrapassar sua dimensão de distribuidora de caridade para uma dimensão educativa de seu trabalho com as famílias proletariadas. Sendo desenvolvidas atividades pelo profissional Assistente Social como reuniões educativas, educação moral e higiene, sempre com uma ação doutrinária e moral para integrar o indivíduo à sociedade. A partir desse contexto a prática educativa da profissão foi caracterizada segundo Dietrich (1997), como uma linha curativa e preventiva relacionada aos problemas sociais, que possibilitou a institucionalização do Serviço Social, passando a desempenhar suas funções junto às políticas sociais do Estado, mas que por outro lado não deixou de atender a pedidos da classe dominante para manter o equilíbrio da sociedade capitalista.

De acordo com a autora, a prática profissional não se constitui apenas no seu relato profissional, no seu agir próprio de todos os dias, mas possui seu sentido dentro da sociedade da qual a profissão faz parte. Assim, com o movimento das classes frente às relações com o Estado foi onde se identificou à prática do Serviço Social, bem como a mediação feita ante as estratégias políticas das classes para descobrir seus limites e suas possibilidades. Para compreender a prática profissional, é preciso relacioná-la às relações existentes entre as classes sociais, no seu plano político, cultural e econômico.

Na trajetória da profissão, de acordo com Dietrich (1997), conseguiu-se alcançar campos institucionais que possibilitaram romper em certa instância com a atribuição caritativa para obter sua legitimação frente às políticas sociais. Com a institucionalização do Serviço Social¹⁷, o profissional passou a ter a incumbência de atender as necessidades dos usuários e regras estabelecidas pelas instituições, o que agregou ao Assistente Social a função de mediador, para atender tanto os usuários, como para responder a regras da própria instituição. Houve também profissionais que optaram por não atuar em campos institucionais, alegando dessa forma não aceitar os moldes estabelecidos pela classe dominante, estabelecendo assim um elo com a classe dominada.

Em um contexto histórico brasileiro de industrialização, o trabalho em comunidade surgiu da iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), como objetivo de melhor atender ao sistema capitalista, dessa maneira, foram implantados programas de desenvolvimento de Comunidade no final dos anos de 1940, que procuravam buscar melhores condições sociais, e econômicas para o meio em que viviam, como também para o progresso do país. Já na área urbana, este trabalho passou a ser desenvolvido na década de 1960, para realizar um trabalho com grupos e associações para unir e executar problemas relacionados à esta área para desta forma, integrar e adaptar o indivíduo desajustado a sociedade (DIETRICH, 1997).

Outro marco importante para o Serviço Social foi nos anos de 1970, com o processo de renovação da profissão, o qual se caracterizou no âmbito de sua natureza e funcionalidade. Segundo Yamamoto (1995), esse processo representou a ruptura com a herança conservadora, a legitimidade da profissão, e aprofundou a compreensão da sua prática em prol de seus usuários e da classe dominada. De acordo com Neto (2004) *apud* Borella (2007), o Serviço Social laicizou-se, aperfeiçoando seu padrão técnico, científico e cultural, para não apenas representar um papel de executor no que se refere às implementações de projetos. Assim erodia o Serviço Social tradicional, para um processo de renovação, como também de modernização para adequar a profissão à processos sócio-políticos originados pós 1964.

De acordo com ABESS/CEDEPSS (1996) *apud* Borella (2007), ao final dos anos de 1970, a revisão dos currículos de Serviço Social tornou-se um importante espaço de discussões

¹⁷ “O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais-estatais, autárquicas ou privadas – é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. [...] O significado social do Serviço Social pode ser apreendido globalmente apenas em sua relação com as políticas sociais do Estado, implementadas pelas entidades sociais e assistenciais” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p.309).

pela categoria profissional, como também, universidades e o movimento de renovação, pois era necessário a revisão do currículo pela defasagem diante da realidade apresentada pela sociedade brasileira. Em 1982 foi aprovado o currículo mínimo para o Curso de Serviço Social, que foi marco importante para profissão, pois teve sua construção feita coletivamente, que buscou “[...] um novo referencial de análise para se pensar a sociedade, o indivíduo e a profissão, configurando-se como um elemento significativo do processo de renovação profissional, sobretudo, nos aspectos político e teórico [...]” (BORELLA, 2007, p.16). Assim, a profissão passou não mais ter uma visão unilateral dos fatos, e sim o indivíduo em sua totalidade nas relações sociais vividas.

No decorrer dos anos o movimento de luta por reconhecimento da profissão aumenta e a partir de 1986, principalmente, no que se refere à ruptura com a linha conservadora, caritativa, pois os Assistentes Sociais estavam em um momento de interlocução com as ciências sociais, onde começaram as produções próprias, através dos cursos de pós-graduação. Este fato possibilitou aos profissionais desenvolverem uma condição de produtores de conhecimento a partir das realidades vivenciadas nos campos de trabalho, transformando-as em objeto de estudos (NETTO, 1992).

Com a entrada dos anos de 1990, a profissão encontrava-se estabilizada, pois possuía várias unidades de ensino, com um currículo mínimo nacional, e já possuía bibliografia própria.

Além dos avanços alcançados pela profissão, cabe ressaltar que a década de 1990 foi marcada por profundas transformações dos padrões de produção/acumulação e reprodução da vida social, as quais foram orientadas pela ideologia neoliberal, tendo como objetivo assegurar a produção capitalista e o aumento dos lucros em detrimento dos setores produtivos e da garantia dos direitos sociais, utilizando como instrumento para atingir tais objetivos, a reestruturação produtiva, a reforma do Estado, a flexibilização/precarização das relações de trabalho, a privatização entre outros (BORELLA, 2007, p. 17).

Conforme ABESS/CEDPESS (1996 *apud* BORELA, 2007), dessa forma a profissão transforma-se da maneira com que se transformam as relações de produção e reprodução social, que alteram as expressões da “questão social”, assim como devem ser alteradas as formas de enfrentamento destas demandas. Neste sentido, o Serviço Social percebe a necessidade de reformulação de suas diretrizes para que fosse repensada a ação investigativa e interventiva de sua prática. Foi a partir desse contexto que o currículo de 1982 teve a necessidade de sua revisão,

foi necessário não somente redimensionar a intervenção profissional como também o corpo do conhecimento, ou seja, revisar o currículo e as diretrizes para melhor formação profissional. A nova proposta do projeto de formação profissional ocorreu em dezembro de 1995, que contava com as diretrizes, metas, núcleos e pressupostos, onde todo o projeto foi apresentado na segunda Oficina Nacional de Formação Profissional que, juntamente com assembléia geral da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS), em novembro de 1996, teve sua aprovação e encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC). As diretrizes aprovadas visam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do acadêmico, para que possam ter concepção da vida social, sempre intermediando com a dimensão teórica da profissão. Para dessa maneira apresentar a análise da realidade através da totalidade social, para que o sujeito possa compreender criticamente seu processo histórico, assim como a profissão possa compreender os processos sociais contemporâneos e possa cumprir com atribuições e competências previstas em sua legislação profissional. Nesse sentido afirma Raichelis (1988) que o movimento crítico de revisão curricular foi importante para que o Serviço Social não tenha algumas de suas ações naturalizadas, mas seja como um processo decorrente da construção histórica da dinâmica de produção e reprodução social.

Para Iamamoto (1995), é preciso buscar caminhos, para uma boa qualidade da prática profissional em um debate acerca da dimensão política da prática. Nessa busca pela qualidade da prática profissional, o Assistente Social possui instrumentais que possibilitam desenvolver ações frente às demandas colocadas pelo sistema capitalista, como as visitas domiciliares, entrevistas, reuniões, estudos sociais, análises sociais, relatórios, parecer social, diagnósticos sociais, dentre outros. Assim, torna-se necessário o profissional buscar articular todos os recursos que lhe são oferecidos, para melhor desenvolver seu trabalho frente às demandas colocadas todos os dias.

Assim sendo, a profissão prevê competências teórico-prática, ético-política, técnico-operativa, que vão dar respaldo à ação do profissional em defesa da garantia dos direitos dos usuários. Para que estas competências não caiam no mecanicismo se faz importante que o profissional, além da graduação, invista na sua formação intelectual e cultural, e que tenha uma atualização constante para estar em sintonia com as mudanças sociais contemporâneas, para nesse contexto elaborar propostas e alternativas de trabalho profissionais.

O Serviço Social atualmente está intervindo em diversas áreas e, pode-se afirmar que há representação da profissão em todas as políticas sociais, porém ainda não são todas as

instituições que conseguiram evidenciar a necessidade do profissional na garantia dos direitos da população usuária. Isto se torna evidente no momento em que observa-se a grande demanda da área educacional no país, a qual não consegue garantir profissionais nas escolas públicas. Quando muito, há algum nas secretarias municipais, realizando trabalhos essencialmente emergenciais.

O motivo desta pulverização de profissionais na educação, mas não só nesta política, não é inocente, pois o Estado passa a elaborar as políticas sociais, uma vez que segundo Vieira (2001), é necessário observar o significado das políticas sociais e das políticas econômicas, para então compreender o processo de controle. Quando nos retratamos ao conceito de políticas, que engloba política educacional, política de saúde, política de habitação, política de assistência, dentre outras, está se referindo as estratégias de governo, onde intervêm nas relações de produção, ou no campo dos serviços sociais.

[...] A distinção entre política social e política econômica só é sustentável do ponto de vista didático porque não existe nada mais econômico que o social e não existe nada mais social que o econômico. Trata-se apenas de definição de campo (VIEIRA, 2001, p.18).

Ainda segundo o autor, tanto no Brasil como na América latina, tentaram colocar políticas econômicas sem traços de política social, ou quando estão relacionada à política social, apresentam apenas pretensões de política social, que não acabam se efetivando pois não possuem o caráter de intervir. Dessa forma o que ocorre, são transformações econômicas, sem a presença de políticas sociais, mesmo estando em um Estado de Direito fundamentado em nível jurídico - político, num Estado democrático liberal o qual possui uma Constituição.

A partir desse contexto, para Vieira (2001), a política social no Brasil apresenta-se setorizada, de forma emergencial e fragmentada, ou seja, as demais políticas sejam de saúde, habitação, educação, assistência, não possuem uma homogeneidade, formam uma ação desconjuntada. Isto explica a situação em que a Política Educacional se encontra, com sucateamento de materiais, espaços físicos e falta de profissionais (técnicos) de áreas essenciais para o desenvolvimento educacional dos estudantes.

2.1 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: CONDIÇÃO EM PROCESSO DE CONQUISTA

O direito à Educação, assim como a sua permanência e acesso do aluno à escola estão garantidos na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394/96, que buscam conjuntamente a efetivação do direito do cidadão a ter acesso à escola pública e de qualidade. De acordo com o Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação (GESSE) (2001), a contribuição do Serviço Social na escola envolve temas que ultrapassam a realidade social, política, econômica e cultural que muitas vezes não são percebidas no dia a dia da escola.

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva (GESSE, 2001, p.12).

Sendo assim, o profissional Assistente Social, pode possibilitar o encaminhamento dos serviços sociais e assistenciais para os possíveis alunos que estejam enfrentando dificuldades para ter acesso ao direito de estudar.

De acordo com GESSE (2001), cabe ao Assistente Social habilitado ao exercício da profissão segundo a Lei que regulamenta a profissão Lei 8.662/93 as seguintes funções:

Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar; Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública; Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; Realização de visitas sociais como o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminha-lo adequadamente; Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; Empreender e executar

as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 5 e 6 da Lei 8.662/93, não especificadas acima (GESSE, 2001, p.13).

As funções relacionadas ao Serviço Social escolar são inúmeras, mas de acordo com GESSE (2001), existem três grandes dimensões de intervenção no contexto escolar: uma delas é a escola e o espaço social a que pertence. A escola pública tem o significativo papel de articular conhecimento e realidade social para que o sujeito tenha instrumentos para intervir na realidade em que o mesmo vive. Isso tem acontecido com a organização da comunidade em forma de conselhos, associações, organizações não governamentais. A partir disso, o Serviço Social vai atuar junto a essas instituições para auxiliar nos levantamentos de suas maiores demandas.

Outra dimensão é a escola como espaço de inclusão social. A escola se configura em um dos espaços de exclusão social “[...], nas mais diferentes formas de manifestação de exclusão que possa estar ocorrendo desde questões como a violência, atitudes discriminatórias (de etnia, de gênero, de sexo, de classe social, etc.), reprovações, evasão escolar [...]” (GESSE, 2001, p.15). Algumas vezes são oriundas da pobreza, outras por falta de informação. Para a efetivação do processo de inclusão, é necessário um compromisso educacional e todos, pais, professores, diretores, alunos, Secretaria de Educação e comunidade devem atuar juntos para que todos possam compreender e respeitar a diferença de cada indivíduo, e dessa forma garantir o acesso e permanência em uma escola de boa qualidade e democrática. O Serviço Social pode colaborar diretamente com auxílio à organização existente, programas de apoio às famílias, Conselho Tutelar, dentre outros ligados à rede de atendimento à Educação.

Na última dimensão - a escola como instância de gestão democrática - observa-se o importante papel que a escola possui ao proporcionar a participação da comunidade em suas formas de organização e funcionamento como: Grêmios, Associações de pais, mestres e funcionários (APMF), Conselho Escolar, em espaços que proporcionam a ação democrática da comunidade escolar nas suas variadas discussões.

De acordo com Perrude (2003), a nova reestruturação do capitalismo afetou diretamente o papel do Estado quanto às funções e o que se refere às políticas públicas, bem como diminuição de investimentos na área social, e os interesses e as influências do capital internacional. Dessa forma ocorre o deslocamento de prioridades onde se enfatiza que ocorra o fortalecimento da comunidade dentro da escola, para que ela própria se organize quanto à problemas educacionais, administrativos e financeiros, ou seja, há o incentivo para que a escola

seja autônoma nas suas diversas formas em parceria com a comunidade. Ainda segundo o autor, essa gestão democrática é assegurada em lei, tanto na Constituição de 1988, no artigo 206, inciso VI, onde diz “gestão democrática do ensino público, na forma de lei”, como na LDB, Lei 9.393, em seus artigos 15 e 16 que priorizam a autonomia institucional. Sendo assim, está regulamentado a participação da comunidade dentro da escola nas suas várias funções, bem como na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Dessa maneira, a participação do profissional de Serviço Social na política de Educação é um importante meio para efetivação do acesso e permanência do aluno na escola, porque embora a escola seja autônoma e a comunidade deva participar isto não quer dizer que o Estado não tem sua responsabilidade, não se deve esquecer que segundo a Constituição a educação é dever do Estado e da Família, mas faz-se necessário compreender que a maioria das famílias brasileiras estão desprovidas de condições para manter sua prole em escolas particulares. Então cabe aos profissionais garantir escolas, vagas e ensino de boa qualidade para atender esta população que deve ser contemplada pelos direitos que o Estado deve garantir.

3 MUNICÍPIO DE MERCEDES E O SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO¹⁸

Mercedes é um dos cinquenta e um municípios que fazem parte da Região Oeste do Paraná, fica a 617 km de distância da capital do estado. Faz divisa ao Norte, com os municípios de Guaíra e Terra Roxa, ao Sul com Marechal Cândido Rondon, ao Leste, com Nova Santa Rosa e ao Oeste, faz fronteira com o Paraguai. A via de principal acesso ao município é a BR 163.

O município foi colonizado pela Indústria Madeireira Maripá, que no ano de 1946 instalou um escritório no atual município de Toledo – Paraná. A mesma além de explorar os recursos naturais, passou a vender as terras em pequenas propriedades, que foram ocupadas pelos emigrantes, principalmente da Região Sul do país, que passaram a mudar as características da região que antes cultivava apenas erva-mate e madeira.

A colonizadora, realizando as divisões das terras, destinava sempre um espaço à formação de vilas. A propaganda em relação à região, bem como a qualidade da terra, impulsionaram a vinda dos imigrantes principalmente alemães e italianos. O objetivo da colonizadora não era somente impulsionar a agricultura, mas também trazer professores, comerciantes, médicos para propagar a região e desenvolver a mesma.

O município de Mercedes começou a participar desse processo em 11 de Novembro de 1952 com a criação da Vila Mercedes.

A década de 1970 foi marcada pelo cultivo da hortelã, onde houve ampliação da mão de obra. Já na década de 1980 o contingente populacional diminuiu, pois houve o fim do cultivo da hortelã e o início da mecanização do campo, sendo este um fator significativo para o desenvolvimento de Mercedes.

Outro fator que marcou a história do município foi a Lei Estadual nº 4.668 de 31 de dezembro de 1962, que elevou a Vila de Mercedes para Distrito do município de Marechal Cândido Rondon. Posteriormente, a Lei Estadual nº 9.370 possibilitou a emancipação de Mercedes, em 13 de setembro de 1990.

¹⁸ Todas as informações deste item constam no livro “Mercedes: uma história de encontros”, publicado em 2004, e no Plano Municipal de Educação de 2005.

A emancipação político administrativa do município trouxe inúmeras melhorias, no que tange à saúde, estradas, educação, assistência, agricultura e cultura. No que se refere à economia, o município é formado basicamente por médias e pequenas propriedades, que produzem soja, milho, trigo e mandioca, além de grande produção de leite, suínos e aves. No setor de industrialização destacam-se os produtos de padaria, confeitaria, pastelaria e móveis, com produção de madeira local.

Ao relacionarmos os aspectos culturais, observamos as instituições religiosas como as primeiras a se instalar, associadas às festas e bailes realizados pelas comunidades. Assim como as rodas de chimarrão, proporcionam as conversas e os laços de amizade da população mercedense. Outro ponto forte são as associações de moradores, as quais proporcionam a organização das comunidades do interior e da sede. Nestas associações estão os clubes femininos, que trazem a representatividade da mulher.

Ao identificarmos os aspectos educacionais, observa-se que a educação na época da colonização no município estava a cargo da Colonizadora Maripá. A empresa doava os terrenos para construção das escolas, bem como a madeira utilizada para construção.

[...] No começo a educação escolar abrangia apenas o ensino primário de forma multi-seriada. O objetivo maior da escola, da comunidade e das famílias era aprender a ler, escrever, calcular, incorporar valores cívicos e éticos, garantir ensinamentos cristãos que eram passados pelos professores. Os mesmos também podiam exercer outras funções sociais além do magistério, como ministrar cultos a ausência do padre ou pastor. Isso contribuía para tornar os professores respeitados e reconhecidos pela comunidade. Após concluírem o ensino primário as crianças deixavam a escola para ajudar os pais no campo (MERCEDES, 2005, p.16).

A educação escolar nos primeiros anos, de acordo com Mercedes (2005), era apenas de ensino primário e multisseriado, ou seja, todas as séries estavam contidas em uma mesma sala. A primeira escola construída em Mercedes denominou-se Escola Municipal Tiradentes, que se encontra em funcionamento até os dias atuais. A mesma iniciou suas atividades, em primeiro de agosto de 1954, contando com dez alunos das treze famílias que moravam no local. Ao longo dos anos, com o desenvolvimento do Distrito de Mercedes, as escolas rurais foram surgindo com o aumento das comunidades, sendo estas que mantinham o funcionamento das escolas.

No ano de 1980, com a decadência do cultivo da hortelã, mecanização na agricultura, queda da taxa de natalidade e a criação do lago de Itaipu, houve um significativo esvaziamento rural no distrito, o que ocasionou o fechamento de inúmeras escolas rurais. Ao todo eram catorze escolas rurais, sendo que duas delas estão em funcionamento até os dias atuais: a Escola Caetano Munhoz da Rocha, localizada na Vila Arroio Guaçu e a Escola José de Alencar, localizada na Vila Três Irmãs.

Atualmente o município possui na área urbana o Colégio Estadual Leonilda Papen que atende o Ensino Fundamental e Médio, e também nas suas instalações é ministrado o ensino superior à distância¹⁹. Possui uma instituição de educação infantil, o Centro de Educação Infantil “Cantinho Feliz” que atende pré I, II, e III, uma creche - “Passinhos do Saber” - atendendo crianças de 0 a 6 anos, e a Escola Municipal Tiradentes, ensino de 1º a 4º série. Na zona rural, localiza-se na Vila Três Irmãs a Escola Estadual Eronildes Francener (5º a 8º série), e a Escola Municipal José de Alencar com o ensino de pré-escola á 1º a 4º série. Na Vila Arroio Guaçu, está situada a Escola Rural Municipal Caetano Munhoz da Rocha com o ensino de 1º a 4º série (*Id, Ibid*).

3.2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES

Para falar das instituições de ensino de Mercedes, é necessário que se tenha uma breve compreensão do Plano Municipal de Educação - PME, deste município.

O Plano Municipal de Educação se constitui num documento, onde com a participação de toda a sociedade, estabeleceram-se diretrizes, objetivos e metas, baseadas e três eixos fundamentais: a educação como direito, a educação como instrumento de desenvolvimento econômico e social e a educação como fator de inclusão social (MERCEDES, 2005, p.11).

Neste contexto, o PME nos fundamenta com todas as informações educacionais do município para a realização da pesquisa, dividida em cinco níveis de educação: educação básica; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio e educação superior.

¹⁹ Atualmente são desenvolvidos cursos técnicos a distância e o curso de Pedagogia pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional – ITDE - Paraná

A educação básica atualmente no município conta com três estabelecimentos municipais (uma creche e duas pré-escolas), com um total de 207 alunos. As atividades que são desenvolvidas nesses estabelecimentos objetivam o aprimoramento do desenvolvimento crítico. De acordo com o PME (2005), a proposta pedagógica para a educação infantil está regulamentada no Projeto Político Pedagógico, para que a educação seja um processo de apropriação e de construção do conhecimento para a transformação social. Neste sentido, a proposta pedagógica busca permitir que o aluno possa construir seu conhecimento e possa atuar sobre a sua realidade, que a educação seja mediadora de sua cidadania, “[...] tem-se pela frente um grande desafio: preparar as novas gerações para o trabalho, para a vida social e para uma cultura sem alienação” (MERCEDES, 2005, p.25).

Para atender as exigências do Plano, há uma preocupação quanto à formação dos profissionais da educação. No ano de 2004 o município apresentava a seguinte condição em seu quadro funcional: 39% dos profissionais da educação infantil estavam cursando pedagogia, 6% eram formados em pedagogia, 38% possuíam especialização e 17% estavam cursando especialização (MERCEDES, 2005).

De acordo o PME, os profissionais da educação básica atendem as exigências da LDB, onde em sua maioria possuem nível superior.

A educação básica do município possui alguns objetivos e metas, que devem ser assegurados durante a vigência do Plano, dos quais apresenta-se os de maior relevância, como: garantir a oferta do ensino de acordo com a procura; manter o espaço físico com condições dignas para o aluno, assim como todo o suporte didático; que os profissionais de educação possuam graduação na área de pedagogia; oferecer capacitação continuada aos profissionais de educação para que possam aprofundar os seus conhecimentos na área. “Assegurar mecanismos de colaboração entre os setores de educação, saúde e assistência, na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação do atendimento das crianças de zero a seis anos de idade” (*Id, Ibid*, p.30). Assim como, assegurar a vigência do Conselho Escolar, ou outras formas de participação da comunidade escolar; atendimento às crianças com necessidades especiais com profissional capacitado; viabilizar através parcerias com as demais secretarias do município, “[...] a contratação de profissionais como psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogos para o desenvolvimento de programas de orientação e apoio às famílias e aos profissionais da educação, que compõem a rede municipal de ensino” (*Id, Ibid*, p.31).

O ensino fundamental no município conta com cinco estabelecimentos que atendem de 1º a 4º e de 5º a 8º séries totalizando 705 alunos em toda a rede, o que caracteriza que toda população de sete a quatorze anos está freqüentando a escola. Quanto ao problema de evasão escolar, o PME (2005) coloca que estão mais relacionados às últimas quatro séries do ensino fundamental, devido à necessidade do ingressar no mercado de trabalho, o que gera o desinteresse pelos estudos.

Quanto à distorção idade/série, ocorre na sua maioria quando o aluno para de estudar, para irem trabalhar no Paraguai, em função do município estar na linha de fronteira. No município ainda não existe um programa de correção de fluxo escolar, mas em contra partida oferece a Educação de Jovens e Adultos para concluírem seus estudos.

Os objetivos e metas do ensino fundamental compreendem alguns fatores como: a universalização do atendimento, acesso e permanência de todas as crianças e adolescentes na escola; garantir espaço físico para os alunos, bem como apoio didático; trabalhar a questão de gênero e questão racial; garantia do transporte escolar para alunos residentes na zona rural; desenvolver a educação ambiental; apoiar as organizações estudantis; promover a participação da comunidade nas decisões da instituição; assegurar atendimento junto a instâncias competentes, quando houver necessidade de encaminhamentos, caso seja necessário a tomadas de decisões nos casos de alunos agressivos e outras situações que ultrapassem as decisões escolares (MERCEDDES, 2005).

Garantir, através de parceria com outros órgãos ou departamento da administração municipal, como a Secretaria de Saúde, até o ano de 2007, cada mantenedora disponibilize o encaminhamento à profissionais especializados nas áreas, como: psicólogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, pediatras, dentre outros, à alunos que deles necessitem (*Id. Ibid*, p.50).

Outro nível de ensino corresponde ao ensino médio. O município apresenta um estabelecimento com a oferta do ensino médio, totalizando 239 alunos. O mesmo atende nos três turnos – matutino, vespertino e noturno. A infra-estrutura da escola vem se adequando para atender as pessoas com necessidades especiais, como também os espaços necessários para realização de todas as atividades.

A evasão escolar no município é percebida com maior incidência no primeiro ano do Ensino Médio, onde são alunos oriundos de Programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA),

outros que trabalham nas indústrias no município, devido à carga horária acabam (por necessidade ou opção) deixando as salas de aula. Dessa maneira, quando o ensino requer frequência às dificuldades surgem, expressando-se através da evasão e da repetência, que também é observada com maior incidência nesta série.

Alguns dos objetivos e metas do ensino médio contidas no PME visam somente à articulação de políticas educacionais, visando a melhor qualidade do ensino, pois o ensino médio público é de competência do Estado. Desta forma, com o PME é contemplada a possibilidade de melhoramento na infra-estrutura da instituição; apoio a programas ambientais, palestras, campanhas; apoio a cursos profissionalizantes; promover troca de experiências entre as redes de ensino para melhor qualidade do mesmo no município; incentivar a criação e participação dos alunos no Grêmio Estudantil para aprimorar seu espaço de participação.

3.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Esse trabalho de Conclusão de Curso (TCC) originou-se diante da experiência de Estágio Curricular Supervisionado no ano de 2006, na escola Especializada Pequeno Lar – APAE de Marechal Cândido Rondon. O interesse pela temática do Serviço Social em instituições escolares tornou-se ainda mais instigante devido o reconhecimento e valorização do trabalho do Assistente Social na APAE.

Como não foi localizado nenhum TCC de Serviço Social que tivesse tratado do tema e principalmente com o recorte no município de Mercedes, aumentou o interesse em conhecer qual é o entendimento dos profissionais da educação com relação à importância do trabalho do Serviço Social nas instituições de ensino.

A partir dessa colocação delimitou-se o tema de pesquisa: A compreensão dos profissionais da educação do município de Mercedes – Paraná sobre a importância do Serviço Social nas instituições de ensino.

Com a delimitação e aproximação com o objeto surgiu a pergunta (problema²⁰): Tendo em vista que o município não tem um profissional de Serviço Social na área de educação,

²⁰ “O Problema é um fato ou fenômeno que ainda não possui resposta ou explicações. Trata-se de uma questão ainda sem solução e que é objeto de discussão, em qualquer área do domínio do conhecimento [...]” (OLIVEIRA, 1997, p.106).

abre-se o questionamento: os profissionais da educação identificam a falta do Serviço Social nas instituições ou negam sua importância?

O trabalho, desta forma, trouxe como proposta o seguinte objetivo geral: Conhecer qual é o entendimento dos profissionais da educação com relação à importância do trabalho do Serviço Social nas instituições de ensino. Tendo como objetivos específicos: identificar a necessidade do Serviço Social nas instituições de ensino; conhecer as demandas para educação em Mercedes; identificar o entendimento dos profissionais da educação.

Para tanto foi utilizada a abordagem qualitativa, que segundo Trivinos (1987), busca captar não somente a aparência e sim a essência do fenômeno, busca suas causas e explica suas origens e suas relações. O tipo de pesquisa realizada neste trabalho foi a pesquisa de campo²¹, de cunho exploratório, que é “[...]a primeira aproximação de um tema e visa criar maior familiaridade em relação à um fato ou fenômeno” (SANTOS, 2002, p.26).

Cabe aqui esclarecer que uma das dificuldades encontradas para realizar esta pesquisa foi à falta de material bibliográfico sobre o assunto, principalmente material novo, atualizado.

Para o desenvolvimento do processo investigativo optou-se pela técnica da entrevista, uma vez que, de acordo com Ferrão (2003), a entrevista, a partir do encontro de duas pessoas, possibilita captar informações sobre determinado assunto em uma conversa natural. A entrevista foi elaborada com questões abertas (apêndice I), porém com um roteiro estruturado, pois a necessidade objetiva de responder ao problema da pesquisa exigiu esta condição. As entrevistas foram agendadas previamente, sempre acompanhadas da carta de apresentação (apêndice II), que demonstrou ao sujeito da pesquisa a vinculação com a Universidade. Desta forma, foram marcadas as datas e horários que melhor pudesse contemplar os sujeitos. Os sujeitos entrevistados demonstraram interesse em participar da pesquisa, pois este assunto representa um campo desconhecido nas suas relações de trabalho. Não foi utilizado gravador para não inibir os entrevistados.

Esta pesquisa trabalhou com o universo²² que compreende as instituições de ensino do município de Mercedes, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação.

²¹ Segundo Oliveira (1997), compreende a observação dos fatos de acordo como ocorrem espontaneamente na coleta de dados e também o registro de suas variáveis para posterior análise dos dados.

²² “Universo ou população: é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum [...]” (OLIVEIRA, 1997, p.160).

A amostra²³ delimitada foi composta por 4 profissionais que representam as instituições de ensino e a Secretaria do município.

Após o término das entrevistas, as mesmas foram lidas e tiveram a aprovação dos entrevistados. Dessa forma, todos assinaram o Termo de Consentimento (apêndice III), que garante o sigilo do entrevistado bem como qualquer informação que o mesmo venha a ter sobre a realização da pesquisa.

Os dados foram transcritos buscando descrever todas as informações obtidas no momento da entrevista. Para expor as opiniões dos sujeitos e manter o anonimato, foram identificados como: A1, A2, A3 e A4. Após o término da transcrição das entrevistas, estas foram agrupadas e interpretadas, conforme verifica-se a seguir.

3.4 A AUSÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE MERCEDES

3.4.1 Quais as demandas nas instituições?

O maior problema que enfrentei até agora, foi quando algumas funcionárias saíram de licença maternidade, e houve dificuldade para fazer o remanejamento de funcionários. Existem alguns problemas na questão da higiene pessoal das crianças atendidas, como assaduras, questão dos banhos, onde quando isso acontece, conversamos com as famílias. Hoje a [instituição] também atende a toda demanda exigida, e caso um dia exista crianças em espera de vaga será utilizado critérios como: salário, casa própria, tempo de moradia no município (A1).

Uma de nossas principais demandas, é a relação família e escola, ou seja, os dois não estão falando a mesma língua, no que se refere aos estudos dos filhos, com as atividades realizadas no contra-turno escolar, pois muitos alunos saem de casa dizendo que estão vindo pra escola, e na verdade nem chegam até aqui na instituição. Outra demanda são os problemas relacionados à rebeldia do aluno dentro da [instituição], o que gera diversas situações neste meio. Existe o problema da evasão escolar que acontece na sua maioria no primeiro ano do ensino médio noturno, é onde os alunos estão em idade de ingressar no mercado de trabalho e devido muitas vezes a situação financeira da família, acabam desistindo dos estudos (A3).

²³ “Amostra: é uma porção ou parcela, conveniente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo [...]” (OLIVEIRA, 1997, p.160).

As principais demandas enfrentadas hoje são os alunos advindos do Paraguai, que possuem baixo aprendizado. São alunos que estão na segunda série e muitas vezes não sabem nem as vogais, e também não possuem nenhuma ajuda da família para auxiliar no aprendizado da criança (A2).

Quanto ao exposto acima observa-se como uma das principais demandas a relação família e escola, a necessidade de um diálogo mais próximo para estabelecer ações que vão ajudar o melhor desenvolvimento do aluno, mas até que ponto a visão da instituição escolar está conseguindo vislumbrar a realidade social destes usuários. Foi citado a questão da higiene, deve-se buscar conhecer, até que ponto estas famílias estão sendo atendidas por outras Políticas Sociais para terem um suporte para matérias de higiene, alimentação adequada. Até que ponto a rebeldia citada é uma condição de excesso de pobreza ou riqueza, falta de “educação” ou algum problema que deveria ser investigado para conhecer além da aparência de um aluno rebelde.

A questão da evasão escolar é algo preocupante tendo em vista que o município não tem problemas com falta de vagas. Mas isso não isenta as instituições de planejarem ações para que os alunos tenham condições de ter sua vagas garantidas mas também permanecer com estas vagas, com assiduidade e qualidade no processo ensino/aprendizagem, pois a Lei garante, mas há que se ter conhecimento para reconhecer algumas questões que permeiam a sociedade para além do aparente, no caso a evasão escolar.

Outra demanda exposta é o retorno dos brasiguaios instalando-se no município de Mercedes. Essa demanda merece atenção, pois o município encontra-se na região de fronteira com o Paraguai, dessa forma quando as famílias possuem os filhos em idade escolar buscam os municípios do Brasil, mas na grande maioria, são crianças e adolescentes que possuem uma qualidade de ensino inferior das escolas do Brasil, ou são analfabetos, o que gera num futuro próximo, maiores exigências quanto a intervenção da escola junto as famílias. Mas cabe ressaltar que a intenção desta intervenção não deve ser de coibir as famílias, pois se trata de pessoas “estranhas” nos municípios em linha de fronteira, mas deve buscar garantir-lhes o direito enquanto cidadãos brasileiros, pois é isto que são os brasiguaios a partir do momento que retornam ao seu país de origem. Algumas vezes a situação pode vir a causar alguns transtornos no que se refere a administração, pois alguns municípios possuem um Índice de Desenvolvimento Humano- IDH, muito bom e a entrada destas pessoas, no momento de um Censo, pode vir a baixar o IDH, por vários fatores. Neste ponto é que um assistente social tem como trabalhar a inserção destas famílias em Políticas Sociais, para recolocá-las no mercado de trabalho, ampara-

las segundo seus direitos e imprescindivelmente trabalhar na relação instituição e comunidade escolar.

De acordo com Backhaus (1990), se faz necessário obter um conhecimento da realidade para que seja possibilitada a formulação da prática a partir das demandas dentro da instituição escolar. Isso vai proporcionar o processo de intervenção na realidade, assim como a sua reflexão a cerca da ação, processo esse que deveria ser feito pelo profissional Assistente Social, juntamente com outros técnicos.

3.4.2 Ações para responder as demandas institucionais

Quando há necessidade, a direção conversa com a família para estar solucionando o problema em questão (A1).

A equipe busca atender essas demandas com aula de apoio, aulas de leitura, encaminhamentos a psicóloga (A2).

Nós trabalhamos com reuniões, palestras com os pais e comunidade, visando o encurtamento desse caminho (A4).

De acordo com Souza (2000), o processo ensino-aprendizagem não pode limitar-se somente a um único profissional, deve-se sim, buscar uma prática interdisciplinar, que vai relacionar vários saberes (Assistentes Sociais, psicólogos, pedagogos, professores) para estarem buscando meios para trabalhar com as demandas existentes dentro das instituições escolares com todos os agentes que fazem parte da comunidade escolar.

Nota-se que o único trabalho realizado pela escola é a conversa com a família quando já houve algum problema com o aluno. Isso é feito geralmente pela direção, e em alguns casos, pela orientadora educacional, como também pela psicóloga. Porém, no município de Mercedes, atuam duas psicólogas, uma no atendimento da Política de Saúde e da Educação e a outra, exclusiva no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Mas até que ponto somente um psicólogo poderá resolver todos problemas que estão gerando a demanda institucional. Muitas demandas o “problema” pode ter origens exteriores, na família, nas relações sociais (escola, vizinhos). Caso seja uma destas condições comprovadas em algum caso, não é só a direção que terá que intervir será preciso buscar, técnicos que possam dar suporte, garantindo o perfeito

desenvolvimento biopsicossocial deste aluno, conforme garante o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em relação a esse questionamento, verifica-se a necessidade de ações preventivas, conhecimentos das demandas existentes, perfil dos usuários, diagnósticos sociais das instituições educacionais para melhor desenvolver projetos e ações. Assim torna-se evidente a importância do Assistente Social atuar nesse meio com as suas competências e atribuições.

Percebe-se que a condição da conversa entre instituição e país é algo muito distante da realidade vivenciada cotidianamente pelos usuários da Política de Educação, é preciso ter consciência que há, necessidade de conhecer o âmbito em que o usuário vive, suas condições, sua realidade social e econômica, condições estas que em conversas institucionais e em preenchimentos de formulários podem ser mascaradas, pois, papel aceita tudo, não questiona o que nele está escrito, então, pode ser colocadas várias informações mas tanto podem, como não serem verídicas. Não que seja por má fé, mas, algumas vezes pode ser simplesmente por vergonha da condição vivenciada. Isto é algo que a visita domiciliar juntamente com o Estudo Social que é atribuição privativa do assistente social pode vir a contribuir com a instituição.

3.4.3 O quadro funcional contempla todas as demandas apresentadas?

Contempla, pois todos os profissionais , possuem formação em pedagogia, outros estão cursando pós-graduação, e também outros que estão cursando pedagogia. Os profissionais assim como a instituição, estão preocupados em que as famílias como também a sociedade, não vejam a [instituição] apenas como um lugar de cuidar, dar banho, mas sim passar a ter um olhar pedagógico da instituição, onde aqui se tem a base da educação (não só), mas aqui a criança vai ser observada o seu desenvolvimento (A1).

Hoje a gente sabe da necessidade de se ter outros profissionais para auxiliar o quadro funcional da [instituição], mas isso requer investimento financeiro do município que muitas vezes não é possível (A2).

Hoje todos os profissionais são formados e capacitados anualmente para melhor desempenho de suas funções (A4).

Nesse contexto, Souza (2000) afirma que uma gestão democrática, bem como a coordenação pedagógica, possuem hoje novos paradigmas no contexto escolar. Desta forma a

escola apresenta-se como um espaço de diversos profissionais educacionais, onde a pedagogia não deve ser característica isolada no meio histórico-social-político, mas deve ter um trabalho em conjunto com os diversos saberes.

Os entrevistados em sua maioria identificam o quadro funcional como satisfatório pois sempre atenderam suas demandas, com a equipe pedagógica constituída em sua maioria por pedagogos e psicopedagogos e quando sentem necessidade de outro profissional, são atendimentos de ordem clínica como médicos, fonoaudiólogos, neurologistas.

Cabe ponderar até que ponto a formação do pedagogo nos dias atuais contempla todas as demandas e exigências que a instituição escolar apresenta, pois o aluno se encontra num contexto em que o ECA garante seu desenvolvimento **biopsicosocial**. Não se pode esquecer que a demanda nas instituições não se referem somente ao aluno, mas perpassa por todos da comunidade escolar. Assim, algumas vezes a falta do profissional, independente da categoria, não é percebida em virtude das instituições não abrirem sua visão para a totalidade e se focarem somente no processo ensino-aprendizagem. Algumas vezes a falta de rendimento escolar que aparentemente é por uma má nutrição pode a partir de um estudo social, detectar condições muito mais agravantes nas relações particulares e sociais do aluno. Este é um exemplo da visão de totalidade que o Serviço Social pode contribuir dentre tantos outros que acontecem a todo instante em todo o país.

Apenas um entrevistado respondeu que o quadro funcional não contempla todas as demandas excedentes.

Existe a necessidade de outros profissionais, assim como o Assistente Social, que possa estar realizando e desenvolvendo um trabalho em conjunto com as famílias, para que esse diálogo de ambos os lados seja para o mesmo objetivo. Da mesma forma, estar atuando para o desenvolvimento de projetos com os alunos, nas diferentes áreas do conhecimento (A3).

Segundo Souza (2000), dentro das instituições busca-se educar sujeitos de diferentes concepções de mundo, que enfrentam problemas de ordem social, econômica, cultural. “[...] A escola é uma instituição de poder onde as questões sociais se apresentam cotidianamente, gerando conflitos entre todos os segmentos envolvidos: professores, alunos, famílias, comunidade, Estado [...]” (*Id, Ibid*, p.318).

Desse modo, a inserção do profissional Assistente Social, vai proporcionar a definição de estratégias específicas para atuar na relação família/escola, que hoje apresenta-se como uma das principais demandas enfrentadas pelo município. O profissional pode desenvolver uma reflexão crítica a cerca da situação da demanda e vai buscar uma solução, juntamente com os demais membros da comunidade escolar. A lentidão para efetivação do Assistente Social nas instituições de ensino, só torna mais lento o processo da prática voltada para os interesses coletivos frente a elaboração de um Projeto Político Pedagógico que se efetive para amenizar as principais demandas da educação.

3.4.4 Para onde são direcionados os encaminhamentos?

[...] Para atendimentos com neurologistas, fonoaudiólogas, fisioterapeutas, dentistas, médicos, oftalmologistas, e em algumas vezes ao Conselho Tutelar (A2).

[...] Hoje isso só é possível, devido a parcerias com o município, junto a Secretaria de educação, departamento de cultura, Secretaria de Esportes, Secretaria de Ação Social através do CRAS, e também o Conselho Tutelar. Pois hoje o Núcleo de Educação possui apenas uma psicóloga para atender todos os municípios que fazem parte do núcleo de Toledo, o que torna inviável o trabalho (A3).

Quanto aos encaminhamentos em sua maioria são para atendimentos clínicos, como identificamos no sujeito A2, e em algumas situações o Conselho Tutelar para estar resolvendo situações com as famílias, não citando a necessidade do Assistente Social para estar realizando a intervenção social no âmbito escolar. Nota-se no segundo sujeito um maior contato com a rede, para estar suprindo a falta de profissionais no seu quadro, mas percebe-se muito ainda que quando se fala em falta de profissionais no dia-a-dia da instituição escolar, é citado primeiramente a falta do psicólogo ou outro profissional.

Souza (2000) afirma que onde quer que atue o profissional de Serviço Social, predomina a visão distorcida que sua ação baseia-se no controle de conflitos sociais. No campo educacional não é diferente, sua prática é vista como assistencialista, direcionada principalmente para corrigir desajustes individuais no meio escolar.

Nesse contexto não identifica-se o profissional Assistente Social no ambiente escolar com um caráter educativo, um profissional que tenha conhecimentos teórico-políticos e de

técnicas de intervenção, por isso, quando questiona-se quais os profissionais que atendem às demandas e constituem o quadro técnico, citam-se pedagogos e psicólogos como os profissionais aptos a desempenharem a intervenção com o aluno e sua família. E como observa-se no município de Mercedes, nem de forma assistencialista o profissional é importante. Em algumas falas, o percurso de garantia deste espaço é longo, mas cabe aos profissionais assistentes sociais mostrarem sua importância através de pesquisas e debates.

3.4.5 Conhecimento sobre as atribuições do Assistente Social

Não. Eu praticamente não, perguntei para alguns professores que ações o Assistente Social estaria contribuindo com a [instituição] nenhum deles soube me responder (A2).

Não. Tenho conhecimento de algumas ações, como campanhas que foram realizadas na instituição como a Semana Anti Drogas, desenvolvido pelo CRAS, mas nada muito claro (A3).

Digamos que sim, pois temos a visão do trabalho do Assistente Social dentro da [instituição] através da secretaria de Ação Social (A4).

Em relação a essa pergunta fica evidente que as instituições escolares não possuem conhecimento das ações que são pertinentes ao Assistente Social. Em algumas situações, possuem conhecimento de ações desenvolvidas pelo Assistente Social do órgão público, mais especificamente da Secretaria de Ação Social, identificam na sua maioria das vezes, o trabalho do profissional em campanhas realizadas dentro da escola.

De acordo com Almeida (2000), o interesse pelo campo educacional dos Assistentes Sociais não representa uma ampliação do mercado de trabalho. Assim como não significa que os demais técnicos já tenham obtido informações sobre as atribuições do profissional Assistente Social no ambiente escolar. O que fica evidente nas falas dos sujeitos é o desconhecimento de qualquer ação do Assistente Social. O que pode vir a ser mudado a partir de propostas que podem surgir após a apresentação desta pesquisa às instituições do Município de Mercedes.

3.4.6 Há necessidade do Serviço Social na instituição?

Sim, pois haveria o assessoramento, o trabalho com as famílias, seria um canal direto. Pois hoje a maioria das demandas é encaminhada ao Conselho Tutelar, e se tivesse o trabalho do Assistente Social na escola, muitos desses casos seriam resolvidos (A3).

Imagino que sim, apesar de que hoje a equipe desempenha todas as ações dentro da [instituição]. [...] Apesar de não saber as ações que o profissional desempenha, imagino que suas ações seriam importantíssimas, pois acredito que muita coisa hoje desenvolvida pela parte pedagógica deva ser de competência do Assistente Social (A2).

A escola sempre solucionou os problemas enfrentados com a equipe pedagógica da [instituição], sempre foi possível resolver todos os casos. Mas, se for analisar antigamente não se tinha psicóloga, nutricionista, fonoaudióloga, e depois que tivemos os primeiros contatos, e seu trabalho foi se tornando parte do contexto da [instituição], hoje elas são partes fundamentais para o bom andamento da mesma. [...] Não saberia a necessidade, pois, nunca tivemos contato com as atribuições do Assistente Social e mais especificamente na área escolar (A1).

A partir das respostas vemos a clareza que os profissionais possuem em relação ao profissional que esteja realizando um trabalho com as famílias, elaboração de projetos, campanhas preventivas, que muitas vezes não são desenvolvidas pela falta de profissionais e até mesmo pela falta de tempo. Hoje, o profissional não é tido como essencial para atuar junto da equipe profissional, pois a escola sempre desempenhou suas funções, solucionou os problemas existentes. Percebe-se a necessidade de maiores esclarecimentos e da divulgação do trabalho do Assistente Social no âmbito escolar, para que a escola como um todo identifique a falta desse profissional junto com a equipe de técnicos. A partir de Backhaus (1992), existe todo um processo de conquista que envolve toda comunidade escolar, onde existe a necessidade de o profissional buscar confiança dos demais técnicos para obter componentes para a diminuição das demandas enfrentadas pelas instituições e garantir seu espaço de trabalho.

As entrevistas e os comentários encerram-se por enquanto aqui, mas como pode-se perceber, o campo é de grandes debates e ainda há muito que apresentar sobre o Serviço Social nas instituições de ensino, principalmente no que se refere ao Município de Mercedes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sempre representou uma trajetória de várias disputas pelos diferentes grupos da sociedade, com objetivo da conquista pela hegemonia política, como também cultural da sociedade. No processo histórico da educação, identifica-se a utilização da mesma como mecanismo de controle social para atender a classe dominante. Após a Proclamação da República e as formulações das constituições a educação brasileira não teve centralidade nas decisões políticas. Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que a educação passou estar articulada nas suas aplicações.

De acordo com Souza (2000), a educação sempre esteve presente no individual e no coletivo, em diferentes dimensões e níveis sociais acompanhada da construção das necessidades humanas, da história e cultura do seu povo, dessa forma o Serviço Social também está ligado a diferentes saberes e experiências, juntamente com o conhecimento e a construção de linguagens. É a partir disso que o processo educacional não pode apenas estar representado por um profissional, mas com vários profissionais de diferentes saberes.

É nesse contexto que se evidenciou essa investigação: a importância do Serviço Social a partir da compreensão dos profissionais da educação do município de Mercedes – Paraná. Como o município não possui o profissional Assistente Social na área de educação buscou-se conhecer junto aos profissionais da área de educação se identificam à falta desse profissional.

Hoje com a ampliação de vários programas em decorrência das múltiplas expressões da “questão social” que perpassa a área educacional o espaço para a atuação do Assistente Social, está a cada dia mais evidente, porém não são todos os profissionais que conseguem ter conhecimento das atribuições do Assistente Social. A escola por falta de profissionais capacitados acaba encaminhando muitas de suas demandas ao Conselho Tutelar e a outras instituições da rede de atendimento. Isto porque não tem conhecimento (algumas vezes) do que perpassa algumas destas condições como: o trabalho infantil, drogas, violência, família, sexualidade, cultura. A discussão em algumas instituições de ensino a respeito destes temas giram em torno somente da parte pedagógica, esquecendo que todos fazemos parte de uma sociedade onde as relações sociais é que fazem ou constituem a ser social (aluno).

Quanto às dificuldades de ensino do município, após a realização da investigação evidenciou-se que uma de suas principais demandas está na relação família/escola, da dificuldade de estar fazendo um trabalho integrado, onde a escola não está encontrando tempo e nem ações para estar solucionado esses problemas.

Quanto à percepção do Assistente Social nas instituições de ensino, o conhecimento sobre as atribuições do profissional são mínimas, o que responde a pergunta problema da investigação, ou seja, como não há conhecimento das atribuições do profissional Assistente Social, os mesmos não identificam sua importância, pois a equipe pedagógica da escola, desempenha todas as funções, inclusive as de atribuição do Assistente Social.

Como o estudo identificou as principais demandas enfrentadas pela educação nos dias atuais, as mesmas serviram de possibilidade para estudos posteriores, que poderão ser realizados por outros profissionais do município, bem como ser ampliada e buscar cada vez mais ações eficazes para o enfrentamento dessas demandas bem como identificar outras, que não ficaram evidentes na pesquisa.

Sendo assim, o Serviço Social dentro das instituições escolares, contribui muito para o próprio conhecimento da instituição, que vai refletir na análise da realidade e das necessidades que a comunidade escolar esteja vivenciando. Dessa forma o estudo tornou-se relevante, pois estará contribuindo para a Secretaria de Educação do município de Mercedes, assim como para seus técnicos e demais funcionários das instituições escolares, a partir do material que é de fácil compreensão, analisar até que ponto o município esta garantida todos os direitos dos usuários da Política de Educação tendo em vista que na maioria são crianças e adolescentes amparadas pelo ECA e que devem ser tratados em sua totalidade **biopsicosocial**, não somente obter garantia de vagas mas principalmente condições para que permaneçam no ensino e que possam ter qualidade a partir da transversalidade das Políticas Sociais no município.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. **História da Educação**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BACKHAUS, B. B. Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar. *In: Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.38, abr. 1992. p.37-65

BORELLA, S. R. **Conselho Municipal de Assistência Social**: um espaço em construção. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* – Toledo, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do. Promulgada em 05 de outubro de 1988. [organização, Editora Judiciária da Editora Manole]. – Barueri, SP: Manole, 2004.

DIETRICH, R. **Refletindo a prática profissional do Assistente Social no Programa Pró – Egresso**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus*- Toledo, 1997.

Escola Nova. **Conceito de Escola Nova**. Disponível em:
<<http://pedagogia.brasilecola.com/gestao-educacional/escola-nova.htm>>. Acesso em:
25/Julho/2008.

FERRÃO, R. G. Técnicas de pesquisa. **Metodologia científica para iniciantes em pesquisa**. 2003. p.101-106

GENTILI, P. **Entre a herança e a promessa**: o governo Lula e a política educacional. Observatório Latino-Americano de Políticas Educacionais. 2005. Disponível em:
<<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0811.pdf>> Acesso em: 25/jul/ 2008. p.8

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação**. São Paulo: Cortez. 2. ed. rev., 1992.

GREGORY, V.; VANDRELINDE, T.; MYSKIW, M. **Mercedes**: uma história de encontros. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.

Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. **Serviço Social na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social. CFES. Brasília/DF. Setembro/2001.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 17 - 40.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico – metodológica. – 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IBGE. **Informações do Governo Lula**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/.htm>>. Acesso em: 25/Set/2008.

ILUMINISMO. **Conceito de Iluminismo**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Iluminismo>>. Acesso em: 23/ago/2008.

LIBERALISMO. **Conceito de Liberalismo**. Disponível em: <<http://afilosofia.no.sapo.pt/11Liberalismo.htm>>. Acesso em: 25/Set/2008.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. O gasto federal na Educação. *In: A era FHC e o governo Lula: transição?/*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004. p.193-212.

MERCEDES. Lei nº457, de 15 de setembro de 2005. Plano Municipal de Educação.

MILAGRE ECONÔMICO. **Conceito de Milagre econômico**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Milagre_econ%C3%B4mico> Acesso em: 23/ago/2008.

NETO, J. P. A construção do Projeto Ético – Político do Serviço Social frente a crise contemporânea. *In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília: CEAD, Módulo 1, 1999. p.91-110.

NEOLIBERALISMO. **Conceito de Neoliberalismo**. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/geografia/neoliberalismo.htm>. Acesso em: 23/ago/2008.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira, 1997.

PERRUDE, M. R. **Gestão Escolar**: participação da comunidade na escola. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br>>, 2003. Acesso em: 15/julho/2008.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e Conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1988.

RENASCIMENTO. **Conceito de Renascimento**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Renascimento>>. Acesso em: 23 /ago/2008.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**: 1930-1973. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

SANTOS, R. S. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: DP, 2002.

SOUSA, R. **Governo de Luís Inácio Lula da Silva**. Equipe Brasil Escola. 2008. Disponível em <http://www.brasile scola.com/historiab/governo-luis-inacio-lula-da-silva.htm>. Acesso em: 23/ago/2008.

TEOCENTRISMO. **Conceito de Teocentrismo**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Teocentrismo>>. Acesso em: 23/ago/2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, E. Estado e Política Social na Década de 90. *In*: **Estado e Políticas Sociais no Brasil**: conferências do Seminário Estado e Políticas Sociais no Brasil. EDUNIOESTE: Cascavel, 2001. p.17-26.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L. S.; NORANHA, O. M. **História da Educação**: a escola no Brasil. – São Paulo: FTD, 1994. p.304

RACIONALISMO CARTESIANO. **Conceito de Racionalismo Cartesiano.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/filosofia/racionalismo-cartesiano/>>. Acesso em: 20/out/2008.

APÊNCIDES

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 01- Quais são as principais demandas enfrentadas pela educação no município?
- 02- Quais as atividades realizadas pela equipe profissional dentro da instituição, para responder as demandas da educação?
- 03- A formação do quadro funcional contempla todas as demandas apresentadas pela instituição de ensino atualmente?
 - 3.1 Se sim, como?
 - 3.2 Se não, quais os profissionais que poderiam atender a demanda excedente?
- 04- Existe encaminhamento das demandas para outros setores de atendimento fora do contexto escolar? Para quem e onde?
- 05- A comunidade escolar já teve conhecimento das ações que são atribuições privativas do Assistente Social?
- 06- Diante da equipe profissional que está atuando e das ações desenvolvidas, há necessidade da intervenção do Serviço Social neste espaço?
- 07- De que forma o Serviço Social poderia contribuir na instituição para responder as atuais demandas?



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Toledo

Rua da faculdade, 645 – Jd. La Salle – Fone: (45)3379-7000 – Fax: (45) 3379-7002 – CEP 85903-000 – Toledo – PR
www.unioeste.br

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A acadêmica Juliana Hickmann Effting, está em processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso(TCC), no curso de Serviço Social da Unioeste, sob minha Orientação. Assim venho solicitar vossa colaboração, no que se refere a participar da entrevista para coleta de dados, para que a acadêmica tenha conteúdo a partir da experiência vivenciada cotidianamente por profissionais ligados a educação no município de Mercedes.

Certa de sua colaboração, em nome do curso de Serviço Social, agradeço.

Índia Nara Smaha
Profa. do Curso de Serviço Social-Unioeste

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: O Serviço Social nas instituições escolares: um espaço em construção.

Pesquisador Responsável: Juliana Hickmann Effting

Este projeto tem o objetivo conhecer qual é o entendimento dos profissionais da educação com relação à importância do trabalho do Serviço Social nas instituições de ensino.

Para tanto será necessário realizar os seguintes procedimentos: entrevista com profissionais das instituições de ensino no município de Mercedes-PR, para de forma ética e democrática coletar informações que possam responder ao nosso problema de pesquisa.

Durante a execução do projeto fica disponível o contato com a orientadora deste trabalho para qualquer esclarecimento, sugestões, pelo telefone 45-3379-7050, Professora Índia Nara Smaha.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
4. procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unioeste -CEP/Unioeste, através do telefone 3220-3272, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar da pesquisa.

Mercedes, ____ de ____ de 2008.

Nome do sujeito/: _____

Assinatura: _____

Eu, Juliana Hickmann Effting, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante e/ou responsável.

_____ Data: ____ / ____ /2008
 Telefone : 45-3256-1402 (CRAS)

